



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2015**

Rio de Janeiro/2016



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, c/c o art. 5º, inciso VI, IN TCU 72/2013, Portaria TCU nº 90/2014, Portaria-TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Rio de Janeiro/2015

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

IBC - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CGU- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

PPA- PLANO PLURIANUAL

PDI- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

VISÃO GERAL DA UNIDADE	6
ORGANOGRAMA	8
Quadro – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	9
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	10
Quadro – Macroprocessos Finalísticos	11
<u>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS</u>	
<u>ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</u>	13
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	15
Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	15
Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS	15
Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS	15
Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS	20
Informações sobre a Execução das Despesas	21
Quadro – Despesas por modalidade de contratação	21
Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa	23
Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal	25
RENÚNCIA DE RECEITAS	25
<u>GOVERNANCA</u>	32
<u>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</u>	48
GESTÃO DE PESSOAS	48
Estrutura de Pessoal da Unidade	48
Quadro – Força de Trabalho da UPC	48
Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva	49
Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	50
Demonstrativo das Despesas com Pessoal	51
Quadro – Despesas do pessoal	51
Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	53
Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	53
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	57
Informações sobre a Gestão dos Ativos Imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desmobilização	58
<u>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</u>	68
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	68
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	68
INFORMAÇÕES SOBRE O CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	68
Quadro – Quantitativo de terceirizados irregulares na administração direta, autárquica e fundacional	68
Quadro – Providências adotadas para substituição de terceirizados	69
Quadro – Quantitativo de terceirizados irregulares nas estatais federais	68
INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	70

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Benjamin Constant - IBC, exercício 2015, foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

O ano de 2015 iniciou-se com a posse de seu novo Diretor Geral, Professor Doutor João Ricardo Melo Figueiredo. Com a chegada da nova Direção, foram revistas e analisadas as metas institucionais, dando-se continuidade a umas, redimensionando outras e finalmente, propondo-se a criação de outras tantas, a fim de que o dinamismo deste Instituto não perca sua maior característica: sua capacidade de transformação.

O Instituto Benjamin Constant continuou no cumprimento de sua missão institucional e regimental, prosseguindo em suas ações finalísticas como: educar, reabilitar, promover a prevenção da cegueira, produzir e disseminar conhecimento, criar e distribuir impressos em Braille e material didático especializado em diferentes áreas, preparar para a inserção e reinserção da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, preparar atletas de alto rendimento, qualificar docentes e profissionais técnicos na área da deficiência visual, incrementar pesquisas no campo da cegueira e da baixa visão e promover a ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiências múltiplas, dificuldades de aprendizagem e surdocegueira.

Seguindo nosso lema de capacitação irrestrita, aproximamo-nos dos Institutos Federais, inclusive estabelecemos o primeiro Programa de Capacitação com o Instituto Federal do Maranhão. Esta ação, pretendemos estender para outros Institutos Federais. Intitulamos tal iniciativa de Capacita Brasil.

Levando à frente nossas iniciativas de alargamento de horizontes, já estamos trabalhando sobre a proposta de realizarmos uma pós-graduação *stricto sensu* (mestrado profissional na área da deficiência visual) em parceria com a Universidade Federal Fluminense. Outra frente que se abriu foi a formação de uma equipe para que possamos oferecer aos profissionais da educação, de todo o Brasil, a oportunidade de se qualificarem através de nossos cursos na modalidade à distância, coisa que compreendemos ser algo de grande importância visto as enormes dificuldades trazidas pelas dimensões territoriais e as dificuldades de outras ordens que afetam estes profissionais.

É fundamental a criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa - DCP, a fim de que possamos alargar nosso raio de ação na área educacional, já que a demanda trazida pela inclusão cresce a cada dia. Entendemos que sem que o professor esteja, de fato, instrumentalizado, não pode haver uma inclusão absoluta. Este Instituto recebeu de volta, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, nossa solicitação a respeito de que se criasse o referido departamento. Foi-nos solicitado que todo o Regimento Interno, e não apenas uma parte dele, fosse revisado, providência que tomamos e que se encontra em andamento. Sem a reestruturação de nosso Regimento Interno, a qual ampliará nossas competências, ficamos estagnados em nossas ações, contando com parcerias que chancelam nossos cursos, uma experiência única no território nacional, pois desenvolvemos teorias, metodologias e materiais na área da deficiência visual, para alunos cegos e com baixa visão, e os testamos em nossa escola, para então disseminá-los pelo Brasil, auxiliando na inclusão dos alunos cegos e com baixa visão em todo território nacional. Desde 1947 capacitamos profissionais da área da educação, mas é fundamental que, nos tempos atuais, pensemos no aumento do volume de nossas iniciativas e ações, olhando para o futuro e procurando integrar a pessoa com deficiência visual nas vias da tecnologia assistiva, dando-lhe a contemporaneidade de que o homem de nossos dias reclama, garantindo-lhe autoconfiança e, principalmente, autonomia.

O IBC teve um bom desempenho no ano de 2015. Na ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica tivemos um total de 715 alunos matriculados.

Nossos alunos participaram de eventos, palestras, exposições, apresentações de teatro, apresentações musicais e competições esportivas. Encaminhamos 21 alunos para o mercado de trabalho. Foram atendidos 364 reabilitandos. O Núcleo de Capacitação e Empregabilidade - NUCAPE, teve 20 participantes em cursos oferecidos e o Centro de Terapias Alternativas - CTA, teve 62 participantes em cursos oferecidos. O Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego contou com 10 participantes.

Na Ação Apoio à Residência em Saúde, através do Programa de Residência Médica em Oftalmologia atendemos 51.286 pessoas e realizamos 2.314 cirurgias.

Desenvolvemos e distribuimos para todo o Brasil 13.965 recursos didáticos especializados. Iniciamos a produção em série da catalogação em ISBN dos materiais produzidos pelo IBC com o posterior depósito na Biblioteca Nacional. Terminamos mais um projeto de distribuição de livros com o FNDE/MEC; foram produzidos e distribuídos 60 títulos didáticos e 180 paradidáticos em Braille do Programa Nacional do Livro Didático. Capacitamos 832 profissionais na área da deficiência visual. Realizamos o I Simpósio Nacional de Tecnologia Assistiva e o Primeiro Encontro de Educação Infantil do Instituto Benjamin Constant: experiências compartilhadas.

Com o objetivo de desenvolvermos o IBC na área científica tivemos a criação de seis novos grupos de estudo. A revista científica Benjamin Constant foi distribuída para 9.236 leitores. Cinco livros foram publicados: a) A Voz da Mulher na Poesia do Instituto Benjamin Constant; b) O Presente pelo Passado; c) Mosaico no Tempo; d) Conversando com o Autor 2013; e) Fazeres Cotidianos, Dizeres Reunidos.

A ação Assistência Médica aos Servidores e empregados - Exames Periódicos - continuou sendo exercida através de uma empresa contratada. A periodicidade é de acordo com a faixa etária do servidor.

A Comissão de Acessibilidade orienta a Coordenação de Manutenção do IBC na adequação dos espaços institucionais; assessora e orienta às instituições públicas e privadas que nos procuram; ministra cursos e palestras, participa de eventos e promove junto aos funcionários terceirizados do IBC capacitação para melhor atenderem às pessoas com deficiência visual.

A Comissão de áudio-descrição auxilia na comunicação e acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Atua em eventos internos e presta assessorias externas.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício ainda é seu quadro de pessoal. Os concursos realizados não contemplaram todos os cargos solicitados. Além deste fato, temos o não preenchimento de todas as vagas, incluindo casos de vacância, não autorizados pelo Ministério do Planejamento, pois tivemos a perda de docentes e técnicos administrativos que prestaram concurso para outras instituições. Nos últimos anos houve um crescimento no número de matrículas de crianças que apresentam síndromes diversas, aliadas à deficiência da visão, que necessitam de atendimento altamente especializado, por isto, fomos obrigados a recorrer à terceirização. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas são fundamentais para o desenvolvimento de nossos alunos. Portanto, existindo a premência de se criarem novos cargos para o IBC.

3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade

IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATORIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Educação

Código SIORG: 00244

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Instituto Benjamin Constant

Denominação abreviada: IBC

Código SIORG: 00251

Código LOA 26105

Código SIAFI 152004

Natureza Jurídica: Órgão Público

CNPJ: 00394.445/0272-12

Principal Atividade: Ensino Fundamental Especializado

Código CNAE: Grupo 8513-9/00

Telefones/Fax de contato: (021) 3478-4440 (021) 3478-4442

(021) 3478-4438 Fax :(021) 3478-4444

Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br

Página da Internet: <http://www.ibc.gov.br>

Endereço Postal: Avenida Pasteur, N° 350/368 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Decreto Imperial n° 1428 de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto n° 1320 de 24 de janeiro de 1891.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Portaria n° 325 de 17 de abril de 1998 - Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant

Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Não houve

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI

Nome

Não se aplica à natureza da UJ

Não se aplica à natureza da UJ

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI

Nome

Não se aplica à natureza da UJ

Não se aplica à natureza da UJ

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora

Código SIAFI da Gestão

3.2 Finalidade e Competências

O Instituto Benjamin Constant - IBC, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado à Secretaria Executiva e, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão), a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da deficiência visual, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa cega ou com baixa visão para a inserção ou reinserção no mundo do trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Órgão

A partir do Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant, publicado através da Portaria nº 325 de 17 de setembro de 1998, o IBC passou a funcionar de acordo com as normas criadas e regulamentadas por seu Regimento Interno. Durante o período de vigência efetuaram-se duas alterações: Portaria nº 1337, de 3 de dezembro de 1998 e a Portaria nº 1066, de 10 de novembro de 2008.

3.4 - Breve Histórico do Órgão

Em 12 de setembro de 1854, o Imperador D. Pedro II cria através do Decreto 1428 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, primeira Instituição Educacional para cegos na América Latina.

Cinco dias após, em 17 de setembro, realiza-se a inauguração solene do Órgão. A partir dessa data, o cego brasileiro vê iniciada sua trajetória nas esferas educacional, social e cultural. O pioneirismo sempre foi a marca que conferiu e ainda confere a esta Instituição, seu poder de crescimento e permanência.

Em 1889, com a Proclamação da República em 15 de novembro, o Imperial Instituto passa a chamar-se Instituto Nacional dos Cegos. Em janeiro de 1891 com a morte de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, uma das figuras mais importantes de sua história, já que por oito anos foi Professor de Matemática e por 20 anos seu Diretor Geral, o antigo Instituto ganha seu nome: Instituto Benjamin Constant.

O velho prédio da Praia Vermelha nasce pela força do ideal de um jovem cego: José Alvares de Azevedo, primeiro cego brasileiro a estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris e de lá, trás as idéias revolucionárias que forjam o primeiro núcleo de inclusão e cidadania do Brasil – A Educação Especial.

3.5 Ambiente de atuação

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição especializada na educação global da pessoa com deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão). Atuamos num ambiente eminentemente educacional, assim, não temos como interlocutores empresas, temos interfaces com secretarias de educação, escolas publicas e privadas no âmbito da acessibilidade prestamos assessoramento a escolas, empresas de diferentes naturezas, ampliando e favorecendo o acesso da pessoa cega ou com baixa visão em ambientes educativos, bem como em ambientes ligados ao mundo do trabalho. A abrangência de nossa atuação é única dentro do cenário da educação brasileira.

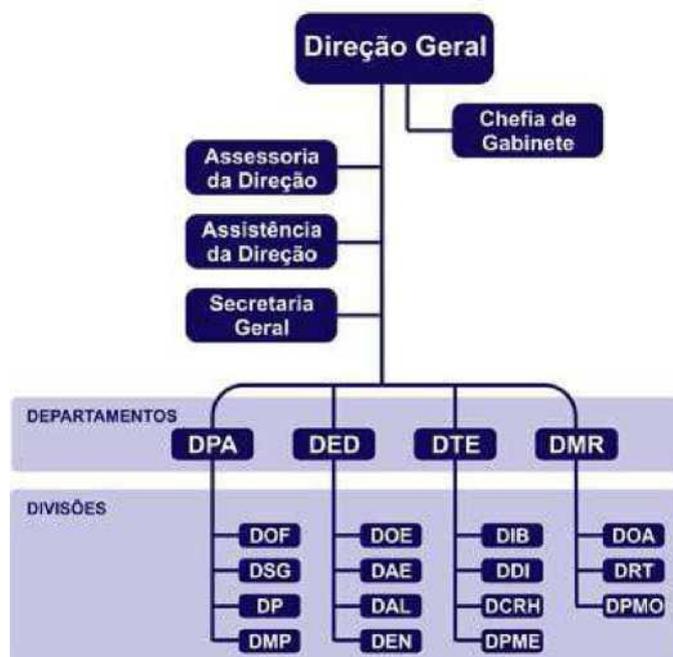
Nossos produtos referem-se à produção e disseminação do conhecimento. Publicamos livros e revistas; pesquisamos e confeccionamos materiais didáticos especializados que possibilitam o acesso de crianças e jovens a diferentes saberes.

A capacitação de docentes e técnicos através dos cursos ofertados pelo IBC são vias de acesso para esses profissionais que, em cadeia, abrem caminhos para o acesso de crianças e jovens em todo território nacional.

Não militamos no campo dos negócios, uma vez que somos uma entidade publica educacional. Nossas iniciativas e ações visam ao desenvolvimento intelectual social e humano do individuo com deficiência visual.

Avançamos nos últimos anos amparados pela Lei 10.098/2000 pelo Decreto 5.296/2004 e as normais técnicas da ABNT. Tal aporte legal e humanístico abriu novas perspectivas embora tenhamos plena consciência de que ainda há muito a fazer. O Instituto Benjamin Constant encontra-se no Rio de Janeiro; busca cumprir seu papel, ampliando seu raio de ação. Entretanto, o Brasil revela pontos nevrálgicos a serem atacados. A acessibilidade não pode ser vista apenas pelo ângulo da Lei, mas dentro de uma visão humanística que revele a verdadeira essência do direito.

3.6- Organograma Funcional



QUADRO – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIRETOR GERAL	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e serviços do IBC, através dos departamentos, fazendo com que haja uma unidade entre as partes para que se efetive de fato as condições de dirigibilidade; representar o IBC na forma da legislação vigente.	Maria Odete Santos Duarte	Cargo Assistente Em Administração	01/01/2015 a 07/01/2015
		João Ricardo Melo Figueiredo	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	19/01/2015 a 31/12/2015
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- DED	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades técnico-pedagógicas promovendo a ascensão intelectual, social do educando, oferecendo-lhe a oportunidade de vivenciar a arte, a cultura, o esporte e o lazer formando assim, um indivíduo integral.	João Ricardo Melo Figueiredo	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2015 a 18/01/2015
		Thalita Helena Nilander Lima	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	20/01/2015 a 03/08/2015
		Paulo Augusto da Costa Rodrigues	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	04/08/2015 a 31/12/2015
DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO- DTE	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de produção braile, material para baixa visão, material didático especializado; disseminação do conhecimento (estudos e pesquisas na área da deficiência visual); capacitação dos servidores técnico-administrativos e docentes do IBC, no Programa de Capacitação, bem como professores e profissionais que atuam em todo o país no campo da deficiência da visão.	Ana Lucia Oliveira da Silva	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2015 a 03/08/2015
		Ana Luisa Mello de Araujo	Técnico em Assuntos Educacionais	04/08/2015 a 31/12/2015

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO - DMR	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades atinentes ao processo de reabilitação de jovens e adultos; promover ainda o atendimento ao surdocego, inserindo-o, o mais possível, na família e na sociedade;oferecer atendimento oftalmológico ambulatorial e cirúrgico através de campanhas no Programa de Prevenção à cegueira; possui uma residência Médica credenciada pelo MEC formando a cada ano, 06 Especialistas em Oftalmologia; ofertar cursos de capacitação profissional, inclusive, o Curso Técnico em Massoterapia.	Marcia Lopes de Moraes Nabais Rosane de Menezes Pereira	Técnico em Assuntos Educacionais Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2015 a 19/01/2015 20/01/2015 a 31/12/2015.
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO- DPA	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas de pessoal, financeiras, patrimônio, licitações, manutenção e obras.	Érica Deslandes Magno Oliveira Maria Odete Santos Duarte	Nutricionista Assistente Em Administração	01/01/2015 a 19/01/2015 20/01/2015 a 31/12/2015

3.7- Macroprocessos Finalísticos

Abaixo os principais macroprocessos finalísticos do IBC, cujo objetivo é ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO	<p>Processos de ensino aprendizagem; Melhoria da qualidade da gestão de ensino; Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos; Promoção de formas alternativas de ensino</p>	<p>Estimulação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).</p>	<p>Alunos</p>	<p>Departamento de Educação-DED</p>
	<p>Curso técnico em massoterapia; Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira; Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira</p>	<p>Capacitar e promover sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho</p>	<p>Alunos Reabilitados e Surdocegos</p>	<p>Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação-DMR</p>
	<p>Promoção e integração das diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação; Qualificação dos professores, em nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual</p>	<p>Qualificação do Profissional para atender ao alunado com deficiência visual promovendo sua inclusão educacional e social</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica</p>	<p>Departamento Técnico Especializado -DTE</p>

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	<p>Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de Pesquisa;</p> <p>Especialização na área educacional (pós-graduação lato sensu) ;</p> <p>Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa ;</p> <p>Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual</p> <p>Disseminação da cultura e busca de registro de patentes</p> <p>Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica</p> <p>Especialização na área oftalmológica (residência médica).</p>	<p>Capacitação profissional , disseminação do conhecimento, a busca de novos caminhos e mecanismos pedagógicos e linhas de pensamento na área da educação inclusiva;</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica</p>	<p>Departamento Técnico Especializado-DTE</p>
		<p>Capacitação de especialistas atuando na prevenção à cegueira</p>	<p>Médicos residentes</p>	<p>Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação-DMR</p>

4- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1- Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IBC encontra-se em fase de reestruturação, adequando-o, verdadeiramente aos anseios e necessidades do público atendido por esta instituição, observando a crescente demanda proveniente das mudanças que se fazem cada vez mais vertiginosas em nossa sociedade. A diversidade de competências, inserida no Regimento Interno, faz com que tenhamos um largo espectro de interesses, atendimentos e serviços, que vai desde o atendimento à Estimulação Precoce, da educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, processo de reabilitação de jovens e adultos, promove a prevenção da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz impressos em Braille e em tipos ampliados, capacita profissionais na área da deficiência da visão, presta assessoria tecnicopedagógica, entre muitos outros atendimentos e serviços. Através do PDI, temos o desenho do perfil de uma instituição multifacetada cujo pioneirismo, em várias áreas, proporciona a inclusão da pessoa com deficiência visual no Sistema Educacional Brasileiro, tornando-o uma referência nas questões concernentes à deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant guarda em si a história da Educação Especial não só do Brasil, mas da América Latina. Sua relevância não está circunscrita ao município do Rio de Janeiro, mas tem reconhecimento nacional e internacional.

4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza: ações de produção e distribuição de material especializado para todo o território Nacional e países de língua portuguesa, cursos itinerantes de capacitação de professores e profissionais da área de educação em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e promove campanhas de prevenção à cegueira junto as escolas do Estado do Rio de Janeiro.

A Direção do IBC incentiva, através da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, os servidores a se capacitarem através dos diversos cursos nas áreas de interesse da instituição, visando o melhor desempenho de suas atividades laborais.

4.1.2 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano de atuação elaborado para o exercício de 2015 foi construído baseado nos seguintes objetivos e metas:

- Atingir as metas físicas e financeiras estipuladas no PPA 2012-2015;
- Reestruturar nossas competências regimentais, a partir da reformulação de nosso Regimento Interno, em andamento.
- Ampliar as parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas a ampliação e adequação, em âmbito nacional, das possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência da deficiência visual na população brasileira;
- Produzir material especializado, impressos em Braille e em tipos ampliados, apoiando o processo educacional e a inclusão da pessoa com deficiência visual em todo território nacional;
- Produzir e distribuir publicações tecnicocientíficas, disseminando o conhecimento na área da deficiência visual, com o objetivo de dar maior qualidade ao atendimento educacional especializado oferecido à pessoa com deficiência visual, em todas as esferas.

4.1.3 – Estágio de implementação do planejamento estratégico

Para atender os desejos e necessidades da sociedade, que, cada vez mais, tornam-se competitivos e tecnológicos, este Plano visa conter propostas de ampliação e faz projeções que poderão cobrir as várias possibilidades apontadas no conjunto das ideias desenvolvidas neste planejamento estratégico que é educar, capacitar, disseminar o conhecimento, produzir e distribuir material especializado além de prevenir as causas da cegueira.

4.1.4 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

4.1.5 – Desdobramento do Plano Estratégico

O planejamento estratégico está vinculado às competências de nossa instituição apresentadas abaixo e seus desdobramentos:

- a) **MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa com deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e iguais de um efetivo exercício da cidadania.
- b) **VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.
- c) **OBJETIVOS:**
 - Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual.
 - Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

4.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos .

Os resultados são aferidos através das metas alcançadas nas ações do PPA nos relatórios apresentados pelos Departamentos.

4.3 – Desempenho orçamentário

O IBC não tem gerência sobre os Programas Orçamentários, somente nas 08 ações que serão apresentadas a seguir.

4.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Os objetivos estabelecidos no PPA do IBC são: Ensino, Reabilitação, Pesquisa, Capacitação de Recursos Humanos, Difusão da Informação, Prevenção às Causas da Cegueira, Formação da Consciência a cerca das questões relacionadas à Deficiência da Visão, Produção de Material Especializado e de Textos Impressos no Sistema Braille.

Para mensurar os resultados alcançados nas ações gerais e específicas o IBC utiliza indicadores de desempenho, que serão demonstrados no item 4.14 bem como ferramentas de controle e verificação apresentados pelos departamentos através dos relatórios.

4.3.2 - Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Tipo: Atividade
Descrição	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições. Assistência ao educando; aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.
Iniciativa	02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Temático

Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	28.222.945,00	28.222.945,00	23.166.290,24	18.362.664,53	18.264.754,34	97.910,19	4.803.625,71
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Estudante Matriculado		Unidade	859	859	741	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	6.530.755,67	2.835.502,27	0	Estudante Matriculado	Unidade	817	

Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Profissionais da Área Profissional da Saúde	Unidade	18	18	18	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	0	0	0	Profissionais da Área Profissional da Saúde	Unidade	18

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	4572 -Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação. Tipo: Atividade
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão
Unidade Orçamentária	26105 -Instituto Benjamin Constant
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	433.028,00	433.028,00	232.779,68	176.285,52	176.285,52	0	56.494,16
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Servidor Capacitado		Unidade	255	267	267	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	245.823,91	2.923,31	0	Servidor Capacitado	Unidade	267	

4.3.3 – Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Foram vários fatores que dificultaram o atingimento das metas estabelecidas no PPA.

Tivemos a falta de créditos orçamentários para a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a não liberação de créditos financeiros que nos permitissem honrar os compromissos anteriormente assumidos, gerando, assim, prejuízos significativos no desenvolvimento de nossas ações institucionais.

Observando-se o quadro desfavorável, não tivemos resultados mais negativos pelo empenho e esforço de nossos servidores e funcionários que garantiram a continuidade dos serviços oferecidos, seja na educação ou reabilitação, de alunos e reabilitandos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o atendimento aos alunos deficientes visuais de todo o Brasil, seja na disseminação do conhecimento e na produção e distribuição de material técnico pedagógico especializado.

4.3.4 – Demonstrativo da execução das despesas

Será apresentada através dos itens a seguir:

4.3.5 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Esta Unidade, não está autorizada a proceder qualquer atividade que não venha a ter créditos, ou seja, não podemos nos comprometer a qualquer despesa, sem os respectivos créditos orçamentários, em qualquer de sua fase, ou seja, aquisição, serviços e outros.

Esta Unidade, não possui autonomia, ou seja, é de administração direta, e vinculada ao MEC, onde executamos apenas ações a nós pertinentes, sendo todos os Programas proposto pelo próprio Ministério da Educação.

4.3.6 – Restos a pagar de exercicios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	6.477.458,15	2.815.387,82	0	3.662.070,33
2013	1.610.742,58	23.037,76	0	1.587.704,82
2012	1.572.089,23	0	0	1.572.089,23
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	399.263,37	358.386,47	13.572,25	27.304,55
2013	103.511,81	9.000,00	0	94.511,81
2012	0	0	0	0

Para o exercício de 2012, foram inscritos os restos a pagar observando o estabelecido no Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986, em perfeito acordo com que o que diz o artigo 68 e seus parágrafos, assim como foi observado o teor do parágrafo 1º do supramencionado decreto.

Ficando as despesas no qual o credor se compromete a cumprir bem como a de contratos que se encontram ainda em vigor e em face de liquidação.

Havendo comparação de execução nos exercícios de 2012 para o exercício de 2013, referente aos Restos a Pagar não Processados, a sua execução, que comparados houve acréscimo de 0,99%, que apesar do saldo remanescente do exercício de 2012, que ainda se encontra em fase de execução.

Do exercício de 2013 para o exercício de 2014, ainda em Restos a Pagar não Processados, houve um acréscimo de 130,65%, acrescido pelo saldo remanescente do exercício de 2013.

Podemos verificar que esta Unidade vem cada vez mais, buscando formas de diminuir e concluir a execução de restos a pagar, que comparados aos exercícios de 2013 para 2014, foram executados o percentual de 12.120,75% a mais.

Bem como esta Unidade esta cada vez mais, não só tentando não deixar em Restos a Pagar, quaisquer valores, porém, como vem sofrendo contingenciamento, e como os créditos, somente são as vezes, conseguido no final do ano, não há de qualquer forma, como empenhar e as firmas entregar de pronto os materiais e serviços, somente haveria tal oportunidade, se houvesse a liberação de créditos pelos totais durante o exercício de execução, para que a Unidade pudesse programar todas as suas licitações

e ações, bem como por em prática seus projetos.

Bem, como a dificuldade ainda da fase de liquidação das despesas, devido aos escasso recursos financeiros, também, encontramos dificuldades para as devidas liquidações, bem como não há como seguir nenhum cronograma para as despesas.

4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recurso

O IBC não executou nenhuma descentralização com transferência de recursos no exercício de 2015.

4.3.9 – Informações sobre a execução das despesas

Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Instituto Benjamin Constant		Código UO: 26105		UGO: 152004	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.071.251,25	11.563.540,07	14.043.627,46	11.471.803,45	
a) Convite	0	0	0	0	
b) Tomada de Preços	0	0	0	0	
c) Concorrência	1.923.514,35	0	1.920.284,16	0	
d) Pregão	12.147.736,90		12.123.343,40		
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0	
2. Contratações Diretas (h+i)	4.334.656,83	4.046.766,05	4.264.370,33	4.046.766,05	
h) Dispensa	4.034.750,79	3.578.597,54	3.964.464,29	3.451.908,59	
i) Inexigibilidade	299.906,04	468.168,51	299.906,04	317.251,25	
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0	
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	53.707.604,17	47.315.675,80	53.108.644,39	47.290.988,41	
k) Pagamento em Folha	50.370.816,46	44.373.057,74	49.776.879,30	44.348.370,35	
l) Auxílio - Creche	23.722,95	16.647,57	23.772,95	16.647,57	
m) Auxílio - Alimentação	1.245.481,63	1.081.369,75	1.245.481,63	1.081.369,75	
n) Auxílio - Transporte	417.708,83	317.846,84	417.708,83	317.846,84	

o)	Bolsa de Residência Médica	892.695,00	758.279,18	892.695,00	758.279,18
p)	Bolsa Estagiário	15.686,66	147.298,87	15.686,66	147.298,87
q)	Reembolso à Saúde	503.816,08	464.307,07	498.793,46	464.307,07
r)	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação	18.912,00	17.376,00	18.912,00	17.376,00
s)	Auxílio - Natalidade	2.365,28	1.168,56	2.365,28	1.168,56
t)	Auxílio - Funeral	53.209,09	16.615,99	53.209,09	16.615,99
u)	Diárias	97.161,36	121.708,23	97.161,36	121.708,23
5.	Outros	66.028,83	24.101,33	65.979,03	18.868,18
6.	Total (1+2+3+4+5)	72.179.541,08	62.950.083,25	71.482.621,21	62.550.819,88

Neste exercício de 2015 houve a necessidade de se contratar, através de Concorrência, os serviços para instalação de sistema de gás e para obras de combate e detecção de incêndio, bem como para os serviços de levantamento cadastral de edificações deste IBC e de elaboração dos Projetos de restauração para áreas internas e cobertas do prédio principal e seus anexos bem como de projetos complementares.

Neste seguimento há necessidade de mantermos a escola em funcionamento e de adaptações que se encontravam paradas, não só pela dificuldade para adaptações e ou novas construções, devido ao prédio ser tombado, já que para podermos executar qualquer movimento, temos que antes passar pelo INEPAC o que gera uma grande dificuldade de aprovação, e tempo.

Que por ser uma estrutura muito antiga, necessita não só de adaptações para se adequar as necessidades de locomoção bem como de acessibilidade aos alunos e de pessoas que nos procuram, bem como de propiciar aos servidores e demais visitantes e alunos bem estar.

As despesas por modalidade de licitação, tem a maior representatividade por pregão eletrônico, isto posto, para contratações e aquisições e serviços, apesar que entre os exercícios de 2014 e 2015, não ter tido grande variação, sendo de apenas 04,74% entre os exercícios, pois na grande maioria diz respeito a contratações já efetuadas no exercício de 2014.

A contratação por dispensa de licitação e de inexigibilidade não há como comparar, uma vez que nestas modalidades se enquadram despesas com maiores incidências e de contratações essenciais para a manutenção da unidade, ou seja: luz, gás, água e tratamento de esgoto, bem como serviços de publicações no Diário Oficial da União, serviços de Correios e de firmas que notoriamente somente elas realizam serviços (tanto para conserto como para aquisição) e onde são concedidos contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, bem como devemos mencionar que devido ao Projeto Esplanada Sustentável – PES, o IBC vem adotando medidas visando maior economia e a procura de materiais como de bens e serviços que contribuam cada vez mais para melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos, apesar de que os aumentos e reajustes tarifários são concedidos pelo próprio governo.

Quanto à área de pessoal, podemos relevar tal aumento se comparado ao exercício de 2014 pois houve apenas o aumento vegetativo da folha, ocorridos no exercício de 2015, bem como o de reajustes concedidos pelo próprio governo, e tendo sido este a última parcela, ocasionando assim o percentual acréscimo de 13,51%.

Em relação a diárias, houve um decréscimo de 20,16%, devido a contenção de despesas e de créditos

para empenho, bem como também, financeiros, devido a política de corte de despesas conforme proposto pelo próprio governo.

Onde não só na área de aplicação para serviços e aquisições de bens, e manutenção da própria unidade, e de cursos e simpósios, no qual deixamos de executar, devido ao plano de contenção do governo de crédito orçamentário, para empenho, e de repasses financeiros, para pagamentos, porém, tentando a manter a qualidade a qual fazemos jus de ensino e de pesquisa da cequeira, e o de materias.

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Instituto Benjamin Constant		Código UO: 26105		UGO: 152004				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
31900100-Aposent. RPPS Reser. Remun. E Ref. Militar	18.290.625,43	17.021.708,65	18.290.625,43	17.021.708,65	0	0	18.290.625,43	17.021.708,65
31900300-Pensões do RPPS e do Militar	8.336.443,17	8.020.030,47	8.336.443,17	8.020.030,47	0	0	8.336.443,17	7.995.343,08
31901100-Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	19.767.641,85	16.036.441,47	19.767.641,85	16.036.441,47	0	0	19.756.555,58	16.036.441,47
Demais elementos do grupo	7.194.982,16	6.240.881,37	7.194.941,46	6.237.495,21	22.354,29	3.386,16	6.607.067,95	6.237.495,21
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes								
33903000-Material de Consumo	1.233.000,95	2.008.123,43	902.614,62	1.486.031,64	522.091,79	522.091,79	902.614,62	1.414.886,62
33903700-Locação de Mão – de – Obra	14.117.881,28	14.077.392,68	12.606.777,13	11.183.840,68	1.511.104,15	2.893.552,00	12.606.777,13	11.159.958,87
33903900-Outros Serv.	3.476.479,8	4.243.40	2.403.277,74	2.288.697,49	1.073.202,	1.954.712,	2.308.597,7	2.037.540,9

De	7	9,65			13	16	4	2
Terceiros Pessoa Jurídica								
Demais elementos do grupo	285.634,29	583.489,08	194.701,62	308.337,54	256.183,41	275.151,54	194.701,62	292.594,85
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
344905100-Obras e Instalações...	3.388.011,22	0	1.923.514,35	0	0	0	1.920.284,16	0
344905200-Equipamentos e Material Permanente...	882.313,02	1.182.447,96	447.140,00	367.500,10	814.947,86	814.947,86	447.140,00	354.850,21
Demais elementos do grupo	0	13.616,64	0	0	0	13.616,64	0	0
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Análise crítica da realização da despesa

As despesas com pessoal tem maior relevância, devido as nomeações ocorridas em 2014 bem como, as alterações decorrentes do plano de cargos e salários, adotadas pelo próprio governo, e tendo ocorrido a última parcela deste em 2015.

Em despesas correntes, não houve um aumento representativo, porém, apesar do contingenciamento orçamentário, e financeiro, fomos obrigados a conceder aos contratos reajustes, decorrentes dos contratos efetuados em 2014, bem como, as variações decorrentes dos mesmos, em processos de manutenção e de melhorias necessárias a esta unidade.

Em despesas de capital e investimento, não houve grande variação, por esta unidade ter adquirido

somente o necessário, tendo em vista, a necessidade dos projetos para melhoria e obras, bem como modernização da informática, estarem ainda em estudo, e tendo esta unidade dado continuidade a obras e reparos que se farão necessárias para mantermos o prédio com adaptações para acessibilidade, tanto para alunos como visitantes e servidores.

Tendo como grande a dificuldade de conseguir a atingir nossas metas, e de dar prosseguimento, devido a contenção de crédito orçamentário para empenho, bem como, a liberação de repasses financeiros, dificultando assim grande parte de nossos projetos.

4.3.10- Suprimento de Fundos e Cartões de Pagamento do Governo Federal

O IBC não executou Suprimento de Fundos no exercício e não possui Cartão de Pagamento do Governo Federal.

4.4 – Desempenho Operacional

Será abordado no item 4.14

4.9 – Desempenho quanto às metas de universalização de energia elétrica

Consumo em 2015 – R\$ 657.768,01

Economia de energia

- 1) Instalação de sensores:
 - 20 sensores instalados
 - 100 sensores comprados
- 2) Instalação de Lâmpadas LED
 - Compra de 200 lâmpadas de 120 cm
- 3) Redução de uso de bombeamento elétrico
 - Instalação de bypass nas 5 cisternas que reservam um volume de 147m³ de água para abastecimento das 52 caixas de água atendidas.
- 4) Instalação de fotocélula
 - Instalação de 19 fotocélulas para controle de 97 lâmpadas da área externa do instituto.

4.13 – Renúncia de Receitas

Não se aplica. O IBC é um órgão da administração Direta do MEC.

4.14 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

> Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na LOA para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

Fórmula: índice de Gasto Total

Total de Gastos

Recurso Orçamentário

Responsável: Diretora do DPA

> Gasto Corrente por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

Definições: Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio. Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno = Total de Gastos Correntes em R\$

Nº de matrículas efetuadas

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício. Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas. Fórmula: Gasto Total por Aluno = Total de Gastos em R\$

Nº de matrículas efetuadas

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Clientela Atendida Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas pelo Instituto.: alunos, visitantes de Instituições Públicas ou Privadas, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca,

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: Gasto Total por Clientela Atendida = Total de Gastos em R\$

Nº de Pessoas atendidas

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto por Ação (valor Orçamentário)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$. Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$
Responsável: Diretor do DPA

> Gasto por Ação (valor disponibilizado)

Objetivo: Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

$\text{índice de gasto com Ações (valor disponibilizado)} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

> Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação
Objetivo: Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à meta prevista.

Definições: Atendimento ao Servidor: oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número de capacitação dos servidores em cursos / eventos / seminários de capacitação pela quantidade prevista.

Fórmula: $\text{índice de Capacitação de Servidores} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$
Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Servidores Capacitados (Geral)

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições: Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula: $\text{Índice de Servidores Capacitados} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico

Objetivo: Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

Definições: Realização de cirurgias: total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

Fórmula: índice de Atendimento Cirúrgico =

$\frac{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$
Responsável: Diretor do DMR

> Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

Objetivo: Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

Definições: Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida. Fórmula: índice de Atendimento Oftalmológico = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Consultas realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de consultas previstas}} \times 100$

Responsável: Diretor do DMR

> Índice de Matrículas

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições: Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida. Fórmula: índice de Matrícula = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

> Índice de Evasão

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino

Fundamental.

Definições: Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados. Fórmula: índice de Evasão = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

> Índice de Aprovação

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições: Alunos Aprovados: total de alunos da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental que apresentaram condições para prosseguimento dos estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: índice de Aprovação = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

Cálculo dos Indicadores

Base de Cálculo: dados do ano de 2015

Índice de Gasto Total = 92,67%

Gasto Total: R\$ 76.973.012,72

Recurso Orçamentário: R\$ 83.056.878,00

Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano - R\$ 25.500,62

Gastos Correntes: R\$ 18.895.966,00

Nº de Matrículas: 741

Gasto Total por Aluno = aluno/ano – R\$ 31.438,42

Gasto Total: R\$ 23.295.868,00

Nº de Matrículas: 741

Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano - R\$ 333,37

Clientela Atendida: 741 alunos, 65.775 clientes da Oftalmologia, 5.165 usuários da biblioteca e 486 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes = 72.167

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 2030 - Educação Básica

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica 123680203020RI0033 -

Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Indicador: Índice de gasto com

Ações: Gasto/Previsto: 81,11%

Gasto Total: R\$ 18.895.966,00

Total de recursos Orçamentários: R\$ 23.295.868,00

Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do MEC

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de

Qualificação e Requalificação 12128210945720033 - Capacitação de Servidores

Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo

de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 53,76% Gasto Total: R\$ 232.779,68

Recurso Orçamentário: R\$ 433.028,00

Programa 2032 - Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão Ação 4005 -

Apoio a Residência em Saúde 12364203240050033 - Apoio a Residência em Saúde

Indicador: índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto /

Previsto: 100%

Gasto Total: R\$ 892.695,00

Orçamentário: R\$ 892.695,00

Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação = 104,7%

Nº de

Atendimentos:267

Quantidade

prevista:255

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 46,2%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 128

Total de servidores do Instituto: 277

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 83,9%

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = 1564

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = 1.863

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 284,96%

Nº de consultas realizadas: 51.286

Nº de consultas previstas: 18.000

Índice de Matrículas = 86,2%

Nº de alunos matriculados: 741

Quantidade prevista: 859

Índice de Evasão = 3,7%

Nº de alunos evadidos: 13

Nº de alunos matriculados: 351

Índice de Aprovação = 72,9%

Nº de alunos aprovados: 191

Nº de alunos matriculados: 262

Programa	Ação	Indicadores	2014	2015
2 0 3 0 Educação Básica	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Gasto com Ação	74,46	81,11%
		Índice de Matrículas	102,5%	86,2 %
		Índice de Evasão	9,8%	3,7%
		Índice de Aprovação	79,4%	72,9%
2 1 0 9 Programa de Gestão e Manutenção do MEC	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	51,52	53,76%
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de capacitação	173,6 %	104,7%
2 0 3 2 Educação Superior - Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	4 0 05 Apoio à Residência em Saúde	Índice de capacitação de servidores	59,9%	46,2%
		Gasto com Ação	89,39 %	100%
		Índice de Atendimento Oftalmológico ambulatorial	311,8%	284,9%
		Índice de Atendimento cirúrgico	89,6%	83,9

Análise dos Indicadores de Desempenho

Nossos índices não alcançaram os resultados desejados e esperados previstos no PPA, em virtude de fatores que acreditamos, nesse ano, estarem ligados ao aumento da oferta de matrículas na Rede Regular de Ensino. Em contraposição, pelo despreparo e falta de qualidade educacional da Escola Regular, alguns alunos retornaram, fato que se verifica quase todos os anos, mesmo que em número pequeno. Nosso alunado, nos últimos anos, vem apresentando vários comprometimentos na área intelectual trazidos por várias patologias e síndromes diferentes aliadas à deficiência visual prejudicando o processo de ensino e aprendizagem. Tal fato diminuiu o rendimento acadêmico desses alunos e como consequência um déficit nas aprovações.

Conforme já apresentado no item 4.3.3 tivemos a falta de créditos orçamentários para a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a não liberação de créditos financeiros que nos permitissem honrar os compromissos anteriormente assumidos, gerando, assim, dificuldade para o atingimento das metas estabelecidas no PPA.

Observando-se o quadro desfavorável, não tivemos resultados mais negativos pelo empenho e esforço de nossos servidores e funcionários que garantiram a continuidade dos serviços oferecidos, seja na educação ou reabilitação, de alunos e reabilitandos, seja na capacitação e assessoria técnica.

5 - GOVERNANÇA

5.1– Descrição das estruturas de Governança

Na estrutura regimental do Ministério da Educação, Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso II, letra g define o Instituto Benjamin Constant como órgão específico singular da administração direta. O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo esta a única estrutura de governança da Instituição.

5.2 Informações sobre os dirigentes

O Instituto Benjamin Constant será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, o Gabinete e as Divisões por Chefe, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

O Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, escolhido dentre os servidores do quadro do Instituto que detenham título de graduação superior e que estejam em efetivo exercício há, no mínimo, cinco anos.

Os ocupantes dos cargos e funções previstos no caput deste artigo poderão ser substituídos, em seus afastamentos e impedimentos regulamentares, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

Ao Diretor Geral do Instituto Benjamin Constant incumbe: dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto, decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do Instituto, gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto, assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração cheques e empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos, celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução das finalidades do Instituto, ouvido o Conselho Diretor, controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente, baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do Instituto e representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Ao Chefe de Gabinete incumbe: substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais, assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto, controlar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Instituto, compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto, propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos e desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

5.8- Sistema de Correição

No ano de 2015 não foi instaurado nenhum Processo Administrativo Disciplinar relacionados à conduta dos servidores. O Processo nº 23119.000647/2014-13 está em andamento em fase conclusiva pela Comissão composta por membros indicados pelo MEC.

5.9 Gestão de riscos e controle interno

Quanto ao ambiente de controle, percebemos que em muitas ocasiões a comunicação é adequada e eficiente, dentro da UJ, assim como as delegações de autoridade e competências são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Por outro lado, verificamos que a alta administração quase que não percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e, desta forma, não dão suporte adequado ao seu funcionamento, o que também ocorre pelos servidores e funcionários em outros níveis hierárquicos. Outra questão é o pouco registro de procedimentos em documentos formais da instituição, o que se soma a pouca existência de instrumentos que garantam ou incentivam a participação dos servidores, nos diversos níveis da UJ, na elaboração de procedimentos, nas instruções operacionais e no código de ética ou conduta,

inexistindo este último, enquanto documento formalizado. Por fim, cabe ressaltar que os controles internos adotados, não contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.

Quanto à avaliação de riscos, os objetivos e metas da UJ estão registrados e salientamos que é prática da UJ instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Contudo, destacamos que não há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade; não é prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los; não é prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão; a avaliação de riscos não é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças; os riscos identificados não são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade; não há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.

Quanto ao procedimento de controle, vale mencionar que não existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas; as atividades de controle adotadas pela UJ não são apropriadas e funcionam de forma inconsistentemente de acordo com um plano de longo prazo; as atividades de controle adotadas pela UJ não possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. as atividades de controle adotadas pela UJ não são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.

Com relação à informação e comunicação cabe informar que com dificuldade a informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas; a informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível; Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz; comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

Por fim, o monitoramento é nulo, pois não possuímos na UJ um sistema de monitoramento instaurado.

Assim, O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos e mensalmente convoca o Conselho Diretor para deliberarem sobre questões ligadas ao bom desempenho do IBC. O IBC por ser um Órgão da Administração Direta do MEC não tem Comissão de Auditoria Interna.

6 -RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1- Canais de acesso ao cidadão

No ano de 2015 o IBC trabalhou com dois canais de acesso: o e-sic e o Fale conosco através do site do IBC, www.ibc.gov.br.

No e-sic tivemos 24 solicitações/esclarecimentos que foram respondidos satisfatoriamente.

No Fale conosco recebemos em torno de 2.118 e-mails com perguntas/ dúvidas nas áreas pedagógicas e oftalmológicas, solicitações de pesquisas, marcação de consultas, solicitações de estágio e voluntariado, consultoria na área de acessibilidade etc, que foram todas respondidas pelos setores responsáveis e encaminhadas pela responsável do canal de acesso.

Esses canais de acesso foram muito importantes, pois propiciaram à sociedade, um maior conhecimento da Instituição, a transparência das ações do IBC e uma análise frequente de nossas demandas, necessidades, serviços e atendimentos.

6.2- Carta de Serviços ao Cidadão

O IBC está elaborando a Carta de Serviços ao Cidadão que será disponibilizada em 2016.

6.3-Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Está sendo instituída a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos clientes, no IBC em relação aos materiais produzidos e os serviços oferecidos. No Departamento Técnico Especializado DTE, a Divisão de Produção de Material Especializado - DPME e a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos - DCRH realizaram a referida pesquisa visando avaliar os materiais didático-especializados, os cursos de capacitação oferecidos em âmbito nacional (interno e externo) e as instalações físicas do IBC, utilizadas nos cursos; No Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação- DMR, a Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional – DPMO, a Coordenação de Nutrição e a Coordenação de Fisioterapia realizaram a pesquisa visando avaliar os atendimentos oferecidos pelo setor de Oftalmologia a comunidade interna e externa, a qualidade da alimentação oferecida aos alunos e reabilitandos e os atendimentos pela equipe de Fisioterapia a comunidade interna e a Divisão de Reabilitação, Preparação para o trabalho e Encaminhamento Profissional para avaliar os atendimentos nos Programas de Reabilitação.

6.4– Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Esse ícone está disponibilizado no site do IBC, no lado esquerdo da tela, com as informações referentes às ações da Instituição, úteis à sociedade visando a transparência da gestão.

6.6- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Conforme informado no item 6.3, o IBC está instituindo a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos clientes, no IBC, em todos os setores que prestam serviços diretamente ao cidadão.

6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, Nossa unidade busca intervir no espaço físico do Instituto Benjamin Constant de acordo com a lei 110.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ao decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT.

A acessibilidade pressupõe vários tipos de iniciativas e ações.

1. A acessibilidade arquitetônica ou elementos materiais que facilitem o acesso de pessoas com deficiência aos bens e dependências da unidade em questão

- Colocação de guarda-corpos em lugares que representem perigo para as pessoas cegas que circulam no IBC;
- Aplicação de pisos podotáteis em lugares estratégicos;
- O uso de fitas antiderrapantes em degraus das escadas e algumas rampas que apresentavam perigo;

- Colocação de sanitários adaptados e barras de apoio para cadeirantes;
- Retificação de calçadas que continham rampas, facilitando assim o uso de cadeira de rodas;
- Identificação de salas através da numeração em Braille e em tinta em tipos ampliados para atender ao público de baixa visão;
- O setor de baixa visão tem suas portas pintadas em azul escuro para favorecer sua identificação;
- Projeto para colocação de balizadores (modelo Olegário) no passeio público em frente ao IBC. Tal intervenção foi necessária, para promover a segurança das pessoas com deficiência visual que circulam na calçada em frente ao IBC, no trecho entre o abrigo de ônibus e a faixa de pedestres com sinal sonoro, já que esta vêm sendo ocupada por veículos, muitas vezes com as duas rodas sobre a calçada, para desembarque de pessoas, gerando assim uma área de conflito, com histórico de acidentes;
- As rampas de acesso à casa de atividades da vida diária (AVD) 3, assim como a de acesso aos vestiários do Ginásio Poliesportivo.

2. Acessibilidade educacional e cultural

- As questões referentes ao ensino de estudantes cegos ou com baixa visão é apoiado em materiais didáticos acessíveis produzidos, criados e adaptados por nossas equipes de trabalho. Materiais em Braille, tipos ampliados e em áudio. O material pedagógico é todo ele direcionado a esses dois grupos de alunos, atendendo suas especificidades, usando técnicas e materiais compatíveis em relação às disciplinas e conteúdos específicos;
- O universo cultural também é trazido por materiais especializados, aulas de artes plásticas; contamos, inclusive, com uma oficina de cerâmica e uma acervo de maquetes.

3. Tecnologia Assistiva

- Trabalhamos apoiados por programas específicos para pessoas cegas e com baixa visão. Leitores de tela, softwares que ampliam fontes e trabalham com diversos contrastes e ferramentas para melhorar o desempenho para pessoas com baixa visão. Equipamos a biblioteca Luis Braille e outro espaços com máquinas de última geração que oferecem leitura em Braille (linha Braille), confeccionam desenhos em relevo (fusora) e outras que convertem o texto escrito em áudio (scanner de voz).
Possuímos ainda um estúdio de gravação no qual produzimos o audiolivro.
Instituto Benjamin Constant conta com 04 laboratórios de informática.

4. Acessibilidade Social

- O Instituto Benjamin Constant promove a interação entre seu alunado e a sociedade. Saídas pedagógicas (visitas a museus, espaços culturais, pontos turísticos, feiras e exposições) dão à pessoa com deficiência visual informação, participação social, senso crítico e acesso a tudo aquilo que forma o intelecto e o burilamento do espírito do homem.

6.9- Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Ação de responsabilidade civil com indenização por danos morais e materiais –
Processo nº 0020155-50.2003.4.02.5101 – 20ª VF/RJ.

Pensão implantada através do processo 23000.005765/2012-83 – Ministério da
Educação – data da abertura 26/04/2012

Sra. Lucia Oliveira Lima – cirurgia de catarata

02 salários mínimos - R\$ 1.576,00

Valor pago em 2015 – R\$ 18.912,00

7- – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

▪ Revisão Analítica_Ativo

{{Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E ({{Mês Lançamento} ({{Sigla Completa (MMM/AAAA)}}) = "set/2015" OU "dez/2015") E ({{CCon - Classe (1)}} = 1:ATIVO) E ({{UG Executora}} = 152004:INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	30/09/2015		Diferença		AH%		DEZ/2015			
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%		
152004	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	1.215.373	2,18%	1.215.373	2,18%			1.366.527	2,43%		
			Total	1.215.373	2,18%	1.215.373	2,18%			1.366.527	2,43%		
			DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	1.538.020	2,76%	1.538.020	2,76%			874.968	1,56%	
				OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0	0,00%	0	0,00%			0	0,00%	
				TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	23.129	0,04%	23.129	0,04%			23.129	0,04%	
				Total	1.561.149	2,80%	1.561.149	2,80%			898.097	1,60%	
			ESTOQUES	ALMOXARIFADO	797.838	1,43%	797.838	1,43%			754.760	1,34%	
				MERCADORIAS PARA REVENDA	1.800	0,00%	1.800	0,00%			1.800	0,00%	
				OUTROS ESTOQUES	28.698	0,05%	28.698	0,05%			28.698	0,05%	
				Total	828.336	1,49%	828.336	1,49%			785.258	1,40%	
		Total			3.604.858	6,46%	3.604.858	6,46%			3.049.882	5,43%	
		ATIVO NAO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	38.243.498	68,56%	38.243.498	68,56%			39.330.685	70,01%	
				BENS MOVEIS	13.782.078	24,71%	13.782.078	24,71%			13.662.073	24,32%	
				DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	(90.377)	-0,16%	(90.377)	-0,16%			(102.841)	-0,18%	
				Total	51.935.199	93,11%	51.935.199	93,11%			52.889.917	94,15%	
			INTANGIVEL	SOFTWARES	238.997	0,43%	238.997	0,43%			238.997	0,43%	
				Total	238.997	0,43%	238.997	0,43%			238.997	0,43%	
			Total			52.174.196	93,54%	52.174.196	93,54%			53.128.914	94,57%
			Total			55.779.054	100,00%	55.779.054	100,00%			56.178.796	100,00%
		Total			55.779.054	100,00%	55.779.054	100,00%			56.178.796	100,00%	

2. Revisão Analítica Passivo Circulante e Não Circulante

Filtro do relatório:

{{Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E ({{CCon - Grupo (2)}} = 1:PASSIVO CIRCULANTE, 2:PASSIVO NAO-CIRCULANTE) E ({{Mês Lançamento}} ({{Sigla Completa (MMM/AAAA)}}) = "set/2015" OU "dez/2015") E ({{UG Executora}} = 152004:INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)			
					Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%		
152004	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ	PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	122.034	12,66%	6.441	0,31%	115.593	12,35%	1794,70%	3994,97%		
				VALORES RESTITUIVEIS	164.170	17,03%	317.016	15,22%	(152.846)	1,81%	-48,21%	11,92%		
				Total	286.204	29,70%	323.457	15,53%	(37.253)	14,17%	-11,52%	91,24%		
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	94.680	9,82%	1.759.433	84,47%	(1.664.753)	-74,65%	-94,62%	-88,37%		
				Total	94.680	9,82%	1.759.433	84,47%	(1.664.753)	-74,65%	-94,62%	-88,37%		
			OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	582.851	60,48%	0	0,00%	582.851	60,48%				
				PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				Total	582.851	60,48%	0	0,00%	582.851	60,48%				
			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
				Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%				
			Total				963.735	100,00%	2.082.890	100,00%	(1.119.155)	0,00%	-53,73%	0,00%
			Total				963.735	100,00%	2.082.890	100,00%	(1.119.155)	0,00%	-53,73%	0,00%

3. Revisão Analítica_PL

{{Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E ({{CCon - Grupo (2)}} = 3:PATRIMONIO LIQUIDO) E ({{Mês Lançamento}} = SET/2015, 014/2015) E ({{UG Executora}} = 152004:INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	30/09/2015		Diferença		AH(%)		014/2015	
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
152004	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ	PATRIMONIO LIQUIDO	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	51.678.582	100,00%	(51.678.582)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	55.215.061	100,00%
			Total	51.678.582	100,00%	(51.678.582)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	55.215.061	100,00%
		Total		51.678.582	100,00%	(51.678.582)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	55.215.061	100,00%
		Total		51.678.582	100,00%	(51.678.582)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	55.215.061	100,00%
Total				51.678.582	100,00%	(51.678.582)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	55.215.061	100,00%

	Total		6.451.382,87	99,94%	1.197.199,59	0,01%	6.383.411,53	99,90%	(67.971,34)	-0,04%	10.089.716,48	99,68%	3.706.304,95	-	
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEMPENHO	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13.572,25	0,13%	13.572,25	0,13%	
		Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13.572,25	0,13%	13.572,25
	Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13.572,25	0,13%	13.572,25	0,13%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.583,88	0,06%	0,00	-0,01%	0,00	0,00%	(3.583,88)	-0,06%	7.167,76	0,07%	7.167,76	0,07%	
		MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
		Total	3.583,88	0,06%	0,00	-0,01%	0,00	0,00%	(3.583,88)	-0,06%	7.167,76	0,07%	7.167,76	0,07%	
	Total	3.583,88	0,06%	0,00	-0,01%	0,00	0,00%	(3.583,88)	-0,06%	7.167,76	0,07%	7.167,76	0,07%		
Total			6.454.966,75	100,00%	1.197.199,59	0,00%	6.389.702,76	100,00%	(65.263,99)	0,00%	10.122.016,49	100,00%	3.732.313,73	0,00%	
Total			6.454.966,75	100,00%	1.197.199,59	0,00%	6.389.702,76	100,00%	(65.263,99)	0,00%	10.122.016,49	100,00%	3.732.313,73	0,00%	

Filtro do relatório:

42

{{Órgão UGE - Orçam. Fiscal S/N} = PERTENCE) E {{CCon - Classe (1)} = 3:VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA) E {{Mês Lançamento} ({{Sigla Completa (MMM/AAAA)}}) = "jan/2015"; "fev/2015"; "mar/2015"; "abr/2015"; "mai/2015"; "jun/2015"; "jul/2015"; "ago/2015"; "set/2015"; "out/2015"; "nov/2015" OU "dez/2015") E {{UG Executora} = 152004:INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento													
		CCon - Subgrupo (3)	31/10/2015		Diferença out-set		30/11/2015		Diferença nov-out		31/12/2015		Diferença dez-nov		
			Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	
152004	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	183.251,71	3,25%	800,71	-0,12%	183.864,20	2,07%	612,49	-1,18%	181.703,58	2,63%	(2.160,62)	0,56%
			ENCARGOS PATRONAIS	301.694,55	5,35%	(1.848,37)	-0,25%	590.401,07	6,64%	288.706,52	1,29%	338.943,38	4,90%	(251.457,69)	-1,74%
			OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS									5.455,86	0,08%	5.455,86	0,08%
			REMUNERACAO A PESSOAL	1.452.990,07	25,78%	(3.156,58)	-1,11%	2.232.692,17	25,11%	779.702,10	-0,67%	2.101.275,57	30,37%	(131.416,60)	5,25%
			Total	1.937.936,33	34,38%	(4.204,24)	-1,48%	3.006.957,44	33,82%	1.069.021,11	-0,56%	2.627.378,39	37,97%	(379.579,05)	4,15%
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.420.350,23	25,20%	1.195,78	-1,01%	2.793.548,30	31,42%	1.373.198,07	6,22%	1.407.887,76	20,35%	(1.385.660,54)	-11,07%	
		OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	5.245,68	0,09%	5.245,68	0,09%	0,00	0,00%	(5.245,68)	-0,09%	4.807,02	0,07%	4.807,02	0,07%	
		PENSOES	654.455,43	11,61%	7.858,48	-0,33%	1.242.737,13	13,98%	588.281,70	2,37%	633.574,82	9,16%	(609.162,31)	-4,82%	
		Total	2.080.051,34	36,90%	14.299,94	-1,25%	4.036.285,43	45,40%	1.956.234,09	8,49%	2.046.269,60	29,57%	(1.990.015,83)	-15,83%	
	USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.463,59	0,18%	12.463,59	0,18%	
SERVICOS		1.447.406,52	25,68%	364.062,57	5,67%	1.650.270,33	18,56%	202.863,81	-7,12%	1.760.588,01	25,44%	110.317,68	6,88%		

	USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	59.489,54	1,06%	(178.847,74)	-3,35%	86.569,84	0,97%	27.080,30	-0,08%	160.468,45	2,32%	73.898,61	1,35%
	Total	1.506.896,06	26,73%	185.214,83	2,33%	1.736.840,17	19,53%	229.944,11	-7,20%	1.933.520,05	27,94%	196.679,88	8,41%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.583,88	0,06%	(0,00)	0,00%	0,00	0,00%	(3.583,88)	-0,06%	7.167,76	0,10%	7.167,76	0,10%
	Total	3.583,88	0,06%	(0,00)	0,00%	0,00	0,00%	(3.583,88)	-0,06%	7.167,76	0,10%	7.167,76	0,10%
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	18.477,27	0,33%	18.477,27	0,33%	25.138,59	0,28%	6.661,32	-0,05%	95.738,66	1,38%	70.600,07	1,10%
	INCORPORACAO DE PASSIVOS									122.033,75	1,76%	122.033,75	1,76%
	Total	18.477,27	0,33%	18.477,27	0,33%	25.138,59	0,28%	6.661,32	-0,05%	217.772,41	3,15%	192.633,82	2,86%
TRIBUTARIAS	CONTRIBUICOES	14.405,09	0,26%	0,00	-0,01%	14.405,09	0,16%	0,00	-0,09%	14.405,09	0,21%	0,00	0,05%
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total	14.405,09	0,26%	0,00	-0,01%	14.405,09	0,16%	0,00	-0,09%	14.405,09	0,21%	0,00	0,05%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.938,46	0,11%	5.062,59	0,09%	811,00	0,01%	(5.127,46)	-0,10%	2.625,23	0,04%	1.814,23	0,03%
	INCENTIVOS	69.360,38	1,23%	2.686,65	0,00%	70.712,38	0,80%	1.352,00	-0,44%	70.851,05	1,02%	138,67	0,23%
	Total	75.298,84	1,34%	7.749,24	0,09%	71.523,38	0,80%	(3.775,46)	-0,53%	73.476,28	1,06%	1.952,90	0,26%
Total		5.636.648,81	100,00%	221.537,04	0,00%	8.891.150,10	100,00%	3.254.501,29	0,00%	6.919.989,58	100,00%	(1.971.160,52)	0,00%
Total		5.636.648,81	100,00%	221.537,04	0,00%	8.891.150,10	100,00%	3.254.501,29	0,00%	6.919.989,58	100,00%	(1.971.160,52)	0,00%

7.3 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de bens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”

Em resposta o Supervisor da Divisão de Orçamento e Finanças informou que esta unidade não procede tal fato, sendo este pertinente a CCONT. Esta unidade procede tão somente a depreciação de bens móveis adquiridos por esta Unidade. Que está fazendo o levantamento físico e de valores de nossos bens, de outros exercícios, alocados com valores bem defasados.

O IBC está providenciando a aquisição do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

7.4 – Sistemática de apuração de custos na unidade

Somos uma unidade da administração pública federal direta, sendo assim, subordinados diretamente ao Ministério da Educação, onde este responde pelos próprios programas e informações pertinentes a este. Cabe apenas a esta unidade, executar ações, a nos pertinentes, repassando e prestando informações diretamente a Contabilidade do próprio MEC. Sendo assim, cabe ao Ministério da Educação, tais informações.

7.7 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas referentes ao 4º trimestre de 2015:

Esta Unidade é da Administração Direta, pertencente ao Ministério da Educação, e por este motivo, somente alimentamos o sistema, bem como, prestamos esclarecimentos a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO, cabendo a esta subsecretaria tais demonstrações contábeis e notas explicativas.

7.7.1 – Revisão Analítica do BALANÇO PATRIMONIAL:

Abaixo será demonstrado o extrato dos principais grupos que compõem o balanço patrimonial com as respectivas análises de suas variações ocorridas durante o quarto trimestre de 2015:

7.7.1.1 – Revisão Analítica do ATIVO (Balanço Patrimonial):

Nota Explicativa:

Neste quadrimestre a principal alteração no Ativo foi decorrente da variação observada na conta 1.1.3.1.0.00.00 Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros, que passou a ter um decréscimo de R\$663.052,00 em 31/12/2015, devido a tentativa de zerar a conta, porém, devido ao pedido de férias, sendo para o mês de janeiro de 2016, ocorre ainda saldo em decorrência dos pedidos para adiantamento de 13º salário e de adiantamento de salários e ordenados, ocasionando porém, uma queda significativa. Outra variação verificada, é a conta 1.1.5.6.0.00.00 – Almoxarifado, que como poderá ser observado houve o decréscimo de R\$ 43.078,00, sendo esta, com a baixa de bens móveis de almoxarifado, o que porém, não significa perda, e sim, que os materiais foram utilizados.

Bem como a variação ocorrida à conta 1.2.3.2.0.00.00 – Bens Imóveis – onde ocorreu um acréscimo de 1.087.187,00 derivados de obras e melhorias realizadas nas instalações deste Instituto.

Ocorrendo porém, a conta 1.2.3.8.0.00.00 – Depreciação, Exaustão e Amortização, saldo negativo de R\$12.464,00, apesar desta Unidade primar em manter todos os seus registros, a depreciação de bens móveis e imóveis, ainda não foram realizados. Ocorre que o nosso Serviço de Patrimônio, ainda encontra dificuldade de proceder o levantamento dos bens mais antigos, bem como, em manter e levantar os novos que são adquiridos.

Tal intrave, ocorre por falta de um programa, que faça, a depreciação, tanto antiga, como dos bens atuais, apesar de várias tentativas em realizá-la, bem como estamos tentando em adquirir e ou arranjar um Programa que o faça.

Bem como as demais variações, em análise horizontal das contas, foram decorrentes dos próprios lançamentos contábeis rotineiros.

7.7.1.2 – Revisão Analítica “Passivo circulante” (Balanço Patrimonial):**Nota Explicativa:**

Neste quadrimestre as principais variações observadas foram as seguintes:

Conta - 2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis possuem os seguintes saldos:

Este saldo no valor de R\$164.170,00 – corresponde a diversas retenções realizadas, sobre credores e também referente a folha de pagamento, para serem recolhidos no mês subsequente, como IRRF, INSS, Consignações, arretando porém, um saldo aparentemente excessivo.

A Conta 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a Pagar Credores Nacionais:

Este saldo de R\$94.680,00, corresponde a diversos credores, prestadores de serviço, no qual foram contabilizados a esta conta, sem porém, podermos quitar, pois devido a disponibilização do financeiro não haver saldo suficiente para que pudéssemos honrar os compromissos, gerando assim, saldo remanescente nesta conta.

Pois tais recursos, são passados a esta Unidade, pela SPO/MEC, isto posto, de acordo a liberação do Tesouro Nacional.

7.7.1.3 – Revisão Analítica “Patrimônio Líquido” (Balanço Patrimonial):**Nota Explicativa:**

DEMONSTRATIVO	SALDO/2015 (R\$)
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	75.231.550,52
Variação Patrimonial Diminutiva VPD	71.695.070,86
Superávit do exercício:	3.536.479,66

Durante este quinquemestre com o fechamento do ano corrente (014) em comparação com setembro/2015 houve uma variação no Patrimônio Líquido ocorrendo um superávit no valor de R\$ 3.536.479,66, decorrente da apuração do Resultado do Exercício obtido pela diferença entre os saldos da Variação Patrimonial Aumentativa-VPA e da Variação Patrimonial Diminutiva- VPD, conforme demonstrado no quadro acima.

7.7.1.4 – Revisão Analítica Variação Patrimonial Aumentativa “VPA”:**Nota Explicativa:**

A variação Patrimonial Aumentativa – VPA verificada ao longo do exercício de 2015, ou seja, de janeiro a dezembro de 2015, ocorreu a maior, a conta 4.5.1.0.0.00.00 – Transferências Intragovernamentais, tendo uma variação de 49,32%, no valor de R\$3.536.479,66.

Resultante da movimentação de Variações entre Patrimônio Aumentativo de R\$75.231.550,62 e Patrimônio Diminutivas de R\$71.695.070,86.

7.7.1.5 – Revisão Analítica Variação Patrimonial Diminutiva “VPD”

Em comparação, nos meses de outubro a dezembro de 2015, houve uma variação de 28,29%, elevando a Variação Patrimonial Diminutiva – VPD – de R\$55.883.931,18 para R\$71.695.070,86.

Despesas com a Remuneração a Pessoal para este trimestre foi de R\$5.634.355,83, no percentual de

28,90%, elevando a conta 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos, apurada em outubro de 2015, no valor de R\$19.494.355,54 para R\$25.128.691,37 em dezembro de 2015.

Tal aumento, reflete o pagamento de férias e 13.º salário, onde não só é pago a 2.ª parcela, do 13.º salário, bem como, das férias dos servidores em janeiro de 2016:

Outubro/2015: férias:R\$112.117,20 e novembro/2015:R\$621.764,57, onde há uma variação bastante substancial de R\$509.647,37;

Nesta mesma tese, a variação do 13.º salário em outubro/2015 era de R\$43.684,26 e em dezembro de R\$783.455,53, havendo a variação de R\$739.771,27.

Ainda nesta linha, o pagamento de inativos e pensionistas a conta 3.2.1.0.00.00 – Aposentadorias e Reformas e 3.2.2.0.00.00 – Pensões:

- outubro de 2015 – R\$27.063.167,32, ocorrendo um aumento para o mês de dezembro de 2015 de R\$35.022.034,30, no percentual de 29,40% representado pelo valor de R\$7.958.866,98.

Conta – 3.3.0.0.00.00 – Uso de Bens, Serviços e Conservação de Capital Fixo:

- outubro/2015- R\$14.655.608,55 e novembro/2015 – R\$18.325.968,77, havendo uma variação no percentual de 25,04% de R\$3.670.360,22

Onde esta conta compreende, aquisições de materiais de consumo, serviços, diárias, e etc..., destinando-se a manutenção da unidade em todas as suas necessidades.

Conta 3.6.5.0.00.00 – Desincorporação de ativos:

Outubro/2015 valor de R\$315.079,45 e de dezembro de 2015 o valor de R\$435.956,70, perfazendo o percentual de 38,36% no valor de R\$120.877,25.

Fica esta conta o registro de todos os bens, considerados inservíveis, sendo os mesmos passíveis de baixa.

8 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	258	258	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	258	258	0	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	250	250	0	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	22	22	10	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	280	280	10	17

Fonte: SIAPE

8.1.1.1 – Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica- CGIT/MCTI

O IBC conta com a Coordenação Geral de Informática- CGI tendo a seguinte composição:

- 01 servidor no cargo Técnico-Administrativo na função de Coordenador;
- 01 servidor no cargo de Técnico de TI
- 05 funcionários terceirizados nas funções: 01 Webdesigner, 01 Técnico de Suporte de Rede, 01 Técnico Programador e 02 Técnicos de Manutenção de Micros.

Foi nomeado através de concurso público o servidor Fellipe Wood Leite Barbosa no cargo de Analista de TI.

O referido servidor solicitou vacância do cargo por ter sido nomeado em outro concurso.

Infelizmente o MPOG não autorizou a nomeação do novo candidato, fato que prejudica consideravelmente as ações de planejamento estratégico no âmbito da TI em nossa Instituição.

8.1.1.2 – Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	33	245
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	33	245
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	33	223
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	35	245

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	8	8	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	39	35	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	4	4	0	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	47	43	8	11

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

Por longos anos sem que houvesse abertura de concurso público, como em outras Instituições, fomos obrigados a recorrer à contratação de pessoal por terceirização. Sabemos que essa modalidade de contratação não supre em definitivo as necessidades Institucionais, já que o quadro efetivo sofre deteriorização, pondo em risco as competências finalísticas e estratégicas da entidade. No caso específico do Instituto Benjamin Constant, temos cargos que, sujeitos a contratos que podem desfazer-se a qualquer momento, comprometeriam sua missão Institucional: transcritores e revisores de textos em Braille precisam estar contemplados em nosso quadro, já que a produção de livros e outros tipos de impressos nesse sistema, não atendem somente a sua comunidade interna, mas também a todo o Brasil.

Outro grave problema são os servidores técnico-administrativos, tanto os de nível médio como os de nível superior, buscam sistematicamente, ascensão profissional e melhores salários através de novos concursos. Assim, as poucas vagas que temos recebido nos últimos anos em concursos realizados, perdem-se, causando um círculo vicioso onde as carências, a cada dia, são aprofundadas. Tais servidores são fundamentais porque apoiam, em diferentes setores, as ações desenvolvidas pela Instituição.

Desde 2003, o Instituto Benjamin Constant pede autorização para abertura de concurso público para a criação de cargos que não constam em nosso quadro de servidores: fisioterapeutas, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas entre outros, que têm fundamental importância no processo educacional dos nossos alunos que na atualidade, mais e mais apresentam problemas no seu desenvolvimento global. Tal fato tira dessas crianças a possibilidade real de crescerem e se tornarem indivíduos verdadeiramente produtivos. A atuação desses profissionais é de alta relevância para apoiarem a ação docente. Nos últimos anos, temos lançado mão, mais uma vez, da terceirização para garantir esses atendimentos aos nossos alunos desde a Estimulação Precoce, passando pela Pré-Escola, Ensino Fundamental e o Programa de Deficiência Múltipla.

Finalmente, temos a falta no nosso quadro efetivo de alguns profissionais da área da saúde como anestesistas, ortoptistas, especialistas em baixa visão que podem comprometer o andamento de nossa Residência Médica credenciada pelo MEC, bem como o desenvolvimento de nossas ações referentes à prevenção das causas da cegueira. Seria de suma importância que esses profissionais fizessem parte do nosso quadro efetivo de servidores.

Pelo exposto, percebemos que os fatores citados desestabilizam a estrutura da Instituição, visto que muitas vezes, profissionais de todas essas áreas são capacitados e pelos fatores já apontados, deixam a Instituição; tal fato se constitui, efetivamente, num grande risco de esvaziamento e queda na qualidade da prestação de seus serviços e atendimentos, de uma instituição que tornou-se por tudo isso Centro de Referência Nacional nas questões concernentes à Deficiência Visual.

8.1.10 Contratação de Pessoal de apoio e de estagiários

Em 25/05/2015 firmamos contrato com o Instituto Brasileiro de Educação Profissional – ME, CNPJ nº 79.990.693/0001-67 e foi contratada uma estagiária de nível superior – arquitetura.

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT						
UG/Gestão: 152004/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2009	Prestação de serviços de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Massoterapeuta, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	MÁXIMA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SERVIÇOS LTDA (08.144.738/0001-34)	07/10/2009	06/10/2015	Ensino Médio e Ensino Superior	Encerrado
2009	Prestação de serviços de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk, Web Designer e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2009	20/10/2015	Ensino Médio	Encerrado
2009	Serviços de vigilância/segurança patrimonial, desarmada	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2015	Ensino Médio	Encerrado
2011	Prestação de serviços continuados de	MRO SERVIÇOS LTDA	27/06/2011	26/06/2016	Ensino Fundamental e Ensino	Ativo

	manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo consertos e reparos (Oficiais de Manutenção e Auxiliares de Manutenção)	- EPP (03.539.770/0001-03)			Médio	Prorrogado
2012	Prestação de serviços de suporte operacional às atividades desenvolvidas no setor gráfico do Instituto Benjamin Constant (Oficial de Editoração Eletrônica de Texto, Oficial de Revisão Braille, Oficial Técnico em Manutenção de Impressoras Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Offset, Meio Oficial de Impressão Offset, Oficial de Impressão de Máquina de Esteriotipia Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Braille, Oficial de Impressão Termovácuo, Oficial de Impressão Braille Computadorizada, Oficial de Encadernação, Oficial de Operação de Guilhotina Automática, Oficial de Expedição e Almoxarifado, Encarregado de Produção).	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	19/06/2012	18/06/2016	Ensino Fundamental e Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2012	Contratação de serviços de Designer Instrucional.	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	14/06/2016	Ensino Superior	Ativo Prorrogado
2012	Prestação de serviços de suporte	TECNISAN TÉCNICA	08/10/2012	07/10/2016	Ensino Médio e Ensino Superior	Ativo

	operacional às atividades desenvolvidas nos Departamentos de Educação e de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant (Assistente de Alunos, Bibliotecários e de Farmacêuticos).	DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)				Prorrogado
2014	Prestação de serviços continuados de secretariado e suporte operacional em diversas atividades e funções necessárias ao funcionamento de todos os Departamentos do Instituto Benjamin Constant – IBC (Lavadeira, Costureira, Contínuo, Salva-Vidas, Piscineiro, Operador de Som, Porteiro, Almojarife, Instrutor de Informática, Recreador, Recepcionista, Técnico em Secretariado).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/05/2014	02/09/2016	Ensino Fundamental e Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de armazenamento, preparo e distribuição de refeições, higienização dos utensílios supervisão administrativa (encarregado) com fornecimento de materiais, com finalidade de atender aos alunos, reabilitandos e médicos residentes (Encarregado, Almojarife, Ajudante de Almojarife, Cozinheiro, Ajudante de Cozinheiro, Copeira e Auxiliar de Cozinha).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	01/08/2014	28/01/2015	Ensino Fundamental	Encerrado

2014	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem e supervisão administrativa (Servente, Jardineiro, Operador de Roçadeira e Encarregado com Fornecimento de Materiais).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	11/09/2014	10/09/2016	Ensino Fundamental	Ativo Prorrogado
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Massoterapeuta, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	07/10/2015	04/04/2016	Ensino Médio e Ensino Superior	Ativo Normal
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk, Web Designer e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2015	18/04/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2015	25/06/2016	Ensino Médio	Ativo Normal

Fonte:

8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

8.2.1 – Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

FROTA DE VEÍCULOS DO IBC REFERÊNCIA ANO 2015 / SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

QTD	PLACA	MODELO	COMBUSTIVEL	ANO	IDADE DA FROTA	MÉDIA ANUAL KM RODADO	GASTO TOTAL DE COMBUSTIVEL	DATA DA REVISÃO	MOTIVO DA REVISÃO	VALOR PAGO NO SERVIÇO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO OBRIGATÓRIO	SEGURADORA	VALOR DO SEGURO
1	LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	6 ANOS	1.426	2.462,42	09/07/2015	COMPRA DE PNEUS	9.900,00	RIO ONIBUS ITABORAI	246,48	MAFRE	5.883,33
								09/11/2015	REVISÃO DE 10.000 KM	1.883,75				
								01/09/2015	MONTAGEM - ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS	980,00				
2	KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	6 ANOS	1.624	2.992,19	01/09/2015	MONTAGEM - ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS	980,00	TRANSRIO	246,48	MAFRE	5.587,53
3	KZY 0659	BESTA	DIESEL	2005	10 ANOS	9.331	4.023,39	09/11/2015	REVISÃO ELETRICA	1.690,00	AUTO PIN PIN	246,48	MAFRE	2.433,34
4	LKP 2814	RENAUT	FLEX	2008	7 ANOS	22.125	4.910,61	03/12/2015	REVISÃO DE 50.000	2.694,00	AUTO PIN PIN	105,25	MAFRE	2.531,66
5	KPQ 9741	RENAUT	FLEX	2013	2 ANOS	1.523	3.070,00	03/11/2015	REVISAO DE 2 ANOS	527,00	RENAULT BOTAFOGO	105,25	MAFRE	2.531,33
6	LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	6 ANOS	17.279	4.286,96	22/05/2015	01 SENSOR DE TEMPERATURA	668,00	COMERCIAL AZ	105,25	MAFRE	3.083,32
									01 BATERIA DE 60 AMP					
									01 JOGO DE JUNTAS DO TBI E BICOS INJETORES					
10/12/2015	FILTRO DE AR -	778,00	AUTO-PIN PIN	105,25	MAFRE	3.083,32								
	FILTRO DE COMBUSTIVEL -													
	JOGO DE VELAS - 01 KIT DE INJEÇÃO ELETRONICA - LIMPESA BICOS INJETORES - CODIFICAÇÃO DAS CHAVES													
7	KMY 6420	PARATY	GASOLINA	2001	14 ANOS	14.390	4.240,97	12/03/2015	JOGO DE BUCHAS TRAMBULADOR	122,00	COMERCIAL AZ	105,25	MAFRE	2.433,34
								10/06/2015	COMPRA DE BATERIA	400,00	TITULAR DAS BATERIA			
								03/11/2015	02 RETROVISORES	490,00	AUTO PIN PIN			

Não temos frota terceirizada;

Temos 07 veículos que são para uso institucional, no atendimento aos alunos e professores em suas atividades educacionais, culturais e esportivas.

Os veículos utilitários atendem as demandas administrativas e os veículos de passeios atendem a Direção Geral e servidores quando representando o IBC em eventos dentro do campo de atuação do IBC.

Nossos veículos estão em bom estado de conservação e a manutenção é feita dentro das revisões estipuladas por cada fabricante.

Não temos planos para substituição da frota. Temos um controle bem eficiente da nossa frota, como mostra o quadro acima. O custo/benefício, no caso do IBC, deixa evidente que manter uma pequena frota própria é mais econômico do que a locação e atende a todos os segmentos sempre que solicitado.

8.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Não temos. No momento nossa frota está em bom estado apesar de alguns terem mais de cinco anos de uso.

8.2.3 – Gestão do Patrimônio imobiliário da União

Quadro distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	02	02
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

8.2.4 – Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos

O IBC tem um Convênio com a Secretaria de Estado de Educação, para o desenvolvimento de ações educacionais para jovens e adultos, por meio da cessão de espaço físico no IBC, para funcionamento do CEJA IBC, unidade escolar mantida pela SEEDUC, visando o atendimento à comunidade em geral, com prioridade aos deficientes visuais.

8.2.5 - Imóveis sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	15/05/2013	18.281.040,33
152004	6001.03761.500-0	21	3	3.194.167,00	15/05/2013	3.194.167,00
Total						

Regime:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Esta unidade desde 2013, vem biscando junto a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, uma forma de lançar as benfeitorias realizadas nos prédios à disposição desta Unidade. Ocorrendo porém, que nem a SPU, consegue informar de como devemos assim fazer.

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

O prédio principal do IBC data de 1892, portanto tem 123 anos de uso, ao longo dos quais sofreu algumas intervenções: foram retirados alguns elementos; foram construídas no seu terreno outras unidades para atender as demandas da Instituição como Centro de Referência na área da deficiência visual.

Mantemos uma equipe de manutenção e no último concurso foi criado o cargo de Administrador de Edifícios que junto com o Coordenador de Manutenção e Obras, acompanha e orienta os serviços de prevenção, objetivando mitigar os riscos oferecidos pelo uso constante dos imóveis, que são tutelados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC

Desde 2003 e 2007 mantemos contratos de vigilância patrimonial e monitoramento por vídeo câmeras, respectivamente.

8.2.8 – Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionadas à atividade - fim

EMPRESA	OBJETO	Nº DO PROCESSO
Tecnische	Levantamento cadastral das edificações do IBC e da elaboração dos projetos de restauração para as áreas internas e cobertura do prédio principal.	23119.000627/2013-61
STC	Revitalização do sistema de prevenção e combate a incêndio e da rede de fornecimento e abastecimento de gás combustível (gás natural- GN)	23119.000662/2013-81

8.2.10- Informações sobre a estrutura física

Informações sobre a infraestrutura física

ÁREA DO IBC Nº 368	m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	2.869,70
Prédio Gabinete	266,77
Prédio Deptº Adm.	1.117,66
Guarita I	20,01
Subestação	30,09
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1.434,53

ÁREA DO IBC Nº 350	m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	34.329,17
Área Livre	
Piscina	350,00
Piscina Fisioterápica	112,00
Campo de Futebol	1.413,49
Estacionamento 1	2.915,45
Estacionamento 2	3.496,09
Estacionamento 3	5.552,47
Playground	5.097,03
Pátio Interno	3.703,16
ÁREA TOTAL LIVRE	22.639,67

ÁREA CONSTRUÍDA N° 350	m²
Prédio Principal	9.895,10
Cantina	1.296,27
Educ. Física e Coz. Indust.	571,43
Biblioteca	413,96
Prédio Imp. Braille	1.565,06
Ginásio M. Gonçalves	859,48
Garagem	202,50
Lavanderia	76,23
Lixeira	30,24
Casas de AVD	255,10
Vestiário	60,24
Casa de Bombas/1° socorro	47,64
Guarita 3	4,00
Casa Diesel	6,25
Casa Bomba	12,96
Depósito Gás DMR	2,88
Praça Ledores	33,64
Guarita 2	4,00
Nobreak 1	13,44
Nobreak 2	13,44
Subestação 500KVA	15,84
Casa de Bomb. Cisterna	12,96
Total	15.392,66

Área total do Terreno IBC (M²)	37.198,87
Porcentagem da área Livre (%)	59,00
Área total do terreno (M²)	34.329,17
Área Permeável (M²)	10.457,38
Taxa de ocupação (%)	45,00

Obs: Pelas medições em planta das áreas construídas e livres, a área total do terreno do IBC passaria dos 40 mil m². Devido a essas discrepâncias estabeleceu-se, por hora, uma média para aproximação da atualização ao valor que já constava no registro existente desde 1976 da última atualização no SPIUNET, uma vez que não possuímos nenhum registro preciso atual.

8.3 –Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 - Principais sistemas de informações

Os sistemas computacionais utilizados pelo IBC e suas respectivas funções:

- 1) **Sistema de Protocolo-Geral (Sistema SIDOC):**
 - a) Usuários: Departamentos e Divisões do IBC
 - b) Objetivo: Tramitação e acompanhamento de Processos
 - c) Manutenção: Própria
 - d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Médio) => Mitigação: Intervenção no sistema
- 2) **Sistema de Registro e Controle Escolar:**
 - a) Usuários: Secretaria de Registro e Controle Escolar, Departamento de Educação, Gabinete da Direção-Geral
 - b) Objetivo: Cadastro de Matrículas e Disponibilização de Boletins Escolares
 - c) Manutenção: Própria
 - d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Médio) => Mitigação: Intervenção no sistema
- 3) **Sistema de Biblioteca SOPHIA:**
 - a) Usuários: Acervo Bibliográfico e Biblioteca Louis Braille
 - b) Objetivo: Cadastro e Consulta de Obras
 - c) Manutenção: Primasoft => Custo Anual: R\$ 7.461,12
 - d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema através de suporte externo
- 4) **Sistema de Patrimônio:**
 - a) Usuários: Divisão de Material e Patrimônio
 - b) Objetivo: Cadastro e Consulta do Inventário de Bens Permanentes, Impressão de Relatórios
 - c) Manutenção: Própria
 - d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema
- 5) **Sistema de Almoxarifado:**
 - a) Usuários: Divisão de Material e Patrimônio
 - b) Objetivo: Cadastro e Consulta do Estoque de Bens de Consumo
 - c) Manutenção: Própria
 - d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema

6) Sistema de Controle de Diárias e Passagens:

- a) Usuários: Departamento de Planejamento e Administração
- b) Objetivo: Controle da Concessão de Diárias e Passagens
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema

7) Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Especializado:

- a) Usuários: Divisão de Produção de Material Especializado
- b) Objetivo: Cadastro e Consulta de Solicitações de Títulos, Impressão de Relatórios
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema

8) Sistema de Controle de Atendimento Oftalmológico:

- a) Usuários: Divisão de Pesquisas Médicas e Oftalmológicas
- b) Objetivo: Cadastro de Clientes do Serviço Médico do IBC
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Baixo) => Mitigação: Intervenção no sistema

9) Sistema de Envio de E-Mails:

- a) Usuários: Todos os Setores do IBC
- b) Objetivo: Gerenciamento do Sistema de Correio Eletrônico
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Alto) => Mitigação: Intervenção no sistema

10) Sistema de Gerenciamento de Demandas de TI (GLPI):

- a) Usuários: Todos os Setores do IBC
- b) Objetivo: Gerenciamento do Sistema de Correio Eletrônico
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Médio) => Mitigação: Intervenção no sistema

11) Site do IBC:

- a) Usuários: Todos os Setores do IBC
- b) Objetivo: Exposição das atividades e serviços prestados pelo IBC
- c) Manutenção: Própria
- d) Riscos: Indisponibilidade (Impacto: Alto) => Mitigação: Intervenção no sistema

Quanto a necessidade do desenvolvimento de novos sistemas, acredito haver motivação para atualizar os sistemas em Access para novas plataformas, assim como atender novas demandas do IBC.

O link de acesso para nossa **Página de Acesso à Informação**:

<http://www.ibc.gov.br/?catid=166&blogid=1&itemid=10281>

O link para nossa **Página de Prestação de Contas**:

<http://www.ibc.gov.br/?catid=188&blogid=1&itemid=10376>.

8.3.2 – Informação sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Um PDTI para o Instituto Benjamin Constant ainda encontra-se em fase de avaliação. Os principais produtos do plano proposto são as diretrizes gerais e as estratégias para a arquitetura e segurança de rede, hardware, software, políticas de uso, políticas de recursos humanos, políticas de treinamento e investimento da Instituição, Gestão de TI do IBC, infraestrutura de redes, desenvolvimento de sistemas e apoio à pessoa com deficiência visual. Estas diretrizes são alvos perenes, que devem ser almejados, podendo envolver ações continuadas ou de curto e médio prazo para serem alcançadas em sua plenitude.

As diretrizes e estratégias associadas à TI do Instituto Benjamin Constant são apresentadas abaixo, agrupadas segundo as seguintes áreas estratégicas:

- gestão de TI;
 - arquitetura e segurança de rede;
 - arquitetura de hardware e software;
 - uso de recursos de TI;
 - recursos humanos e capacitação;
 - desenvolvimento de sistemas;
 - apoio à pessoa com deficiência visual.
- a) O Instituto Benjamin Constant ainda não instituiu um Comitê Gestor de TI.
- b) Para apoiar as atividades acadêmicas e administrativas do IBC, a equipe de desenvolvimento da CGI gerencia diversos sistemas, sendo os principais:
- 12) Sistema de Protocolo-Geral (Sistema SIDOC) => Tramitação de Processos;
 - 13) Sistema de Registro e Controle Escolar => Matrículas e Boletins Escolares;
 - 14) Sistema de Biblioteca SOPHIA => Cadastro de Obras do Acervo Bibliográfico e da Biblioteca Louis Braille;
 - 15) Sistema de Patrimônio de Equipamentos de Informática => Registro do Inventário de Bens Permanentes;
 - 16) Sistema de Almoarifado => Controle de Estoque do Material de Consumo;
 - 17) Sistema de Controle de Diárias e Passagens;

- 18) Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Especializado => Controle de Solicitação de Material Especializado
- 19) Sistema de Controle de Atendimento Oftalmológico => Cadastro de Clientes do Serviço Médico do IBC;
- 20) Sistema de Envio de E-Mails;
- 21) Sistema de Gerenciamento de Demandas de TI (GLPI)
- 22) Site do IBC.
- c) Em 2015, os seguintes Cursos de Capacitação foram realizados por servidores lotados na Coordenação Geral de Informática (CGI):
- 25/05-27/05 - GOVERNANÇA DE TI COM COBIT => GERSON FONSECA FERREIRA (CHEFE)
 - 20/07-31/07 - PROGRAMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FRONT-END => MICHEL DINIZ DA SILVA (TÉCNICO DE TI)
- d) Em 2015, a Força de Trabalho de TI no IBC era composta de:
- Servidor efetivo da carreira de TI: 01 => Técnico de TI;
 - Servidor efetivo de outras carreiras: 01 => Chefe da CGI;
 - Funcionários Terceirizados: 04 => 01 Técnico de Suporte de Rede, 01 Técnico Programador, 01 Web Designer e 02 Técnicos de Manutenção de Micros.
- e) As etapas do processo de gerenciamento de serviços de TI serão as seguintes:
- a. ABERTURA DE CHAMADO pelo *Solicitante*, através do GLPI;
 - b. REPASSE DA DEMANDA ao técnico responsável, pela *Chefia da CGI*;
 - c. IDA DO TÉCNICO AO SETOR para realização do serviço;
 - a. COMUNICAÇÃO do serviço realizado pelo técnico, através de e-mail encaminhado **AO SOLICITANTE** da demanda pelo GLPI. Esta *Comunicação* também é lançada, pelo técnico, no sistema, podendo ser acessada, a qualquer tempo, pelo *Solicitante*.

Não serão admitidas solicitações verbais (presenciais ou por telefone);

É proibida a instalação ou remoção de softwares que não forem devidamente acompanhadas pela Coordenação de Informática, através de solicitação via GLPI;

É vedada a abertura de computadores para qualquer tipo de reparo, o qual deverá ocorrer somente pela Coordenação Geral de Informática – CGI.

- f) Entre as ações no âmbito da TI, merecem destaque, em 2015:
- 01) **Reestruturação da Rede de Dados e Voz do IBC:** Foi entregue toda a documentação pela Bellatrix, sendo constatado um custo excessivamente elevado para a concretização da

Reestruturação de nossa Rede Lógica. Uma reunião com a alta direção do IBC está para ser agendada para se definir o rumo a ser seguido em relação a este projeto

- 02) **RUTE: A Rede Universitária de Telemedicina** é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, apoiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Associação Brasileira de Hospitais Universitários (Abrahue) e coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que visa a apoiar o aprimoramento de projetos em telemedicina já existentes e incentivar o surgimento de futuros trabalhos interinstitucionais.

Em 2015, o IBC recebeu os equipamentos que darão suporte ao Projeto RUTE, equipamentos esses que foram testados no Setor de Desenvolvimento da CGI, encontrando-se em condições operacionais. No entanto, sua instalação ainda está no aguardo de obra de infraestrutura, a ser realizada no Centro de Estudos do Departamento de Pesquisas Médicas e de Reabilitação.

- 03) **Fone@rnp:** É o serviço que conecta organizações usuárias, agências estatais e outras instituições de ensino e pesquisa parceiras da RNP através da tecnologia de Voz sobre IP (VoIP), permitindo que as chamadas realizadas por voz (via telefone comum, telefone IP ou softphone) sejam encaminhadas através da internet.

Em outubro de 2015, o IBC solicitou sua adesão a este serviço. Atualmente, foi feita a entrega dos equipamentos que lhe darão suporte. A próxima etapa será a configuração do serviço.

- 04) **Reestruturação do CPD:** Este projeto tinha por finalidade a substituição dos atuais servidores de rede, que rodam em máquinas do tipo “estação de trabalho”, que não são apropriadas para comportar serviços críticos de rede.

O processo para aquisição deste material foi finalizado, sendo que os cinco servidores de Rede foram entregues em 26 de novembro. O prazo para conclusão da implantação de serviços e configuração dos equipamentos foi estipulado para 30 de abril.

- g) Com a saída por vacância, sem reposição, do Analista de TI, em junho de 2015, o Instituto Benjamin Constant, uma organização com grande quantidade de funcionários, atualmente passou a ter somente **um** servidor técnico da área de Tecnologia da Informação, sendo esse servidor responsável por toda demanda de desenvolvimento, o que vai contra todas as recomendações dos órgãos fiscalizadores. É possível notar no IBC uma grande quantidade de serviços relacionados a *Banco de Dados, Segurança da Informação, Desenvolvimento, Redes e Processos de Negócio*. No entanto, a sobrecarga desses diversos serviços em equipe mínima, contando com um único Técnico de Tecnologia da Informação, prejudica o andamento das tarefas. Além disso, com a implantação da nova infraestrutura de Redes de Computadores do IBC, com base no projeto da empresa Bellatrix, a situação da Rede do Instituto, se equipararia ou chegaria próxima daquela ostentada por grandes instituições públicas, como a UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, fica clara a necessidade urgente de solicitação de novas vagas para o IBC perante o MPOG para as áreas técnicas.

8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e/ou modernização de sistemas:

- Aquisição de novos Servidores de Rede, em substituição aos atuais, que já estão obsoletos;
- Adesão ao **Fone@RNP**, gerando economia, para a instituição, nas ligações telefônicas de longa distância;
- Adesão ao **Video@rnp**, proporcionando o acesso ao **portal de Vídeo Digital da RNP**, que agrega três diferentes serviços (*Vídeo Sob Demanda*, *Transmissão de Vídeo ao Vivo* e *Transmissão de Sinal de TV*);
- Adesão ao **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, já tendo sido feito o download de seu código-fonte. Essa ação tem por objetivo a implantação no IBC de um sistema de tramitação de documentos, em substituição ao atual Sistema SIDOC;
- Iniciativa de Adesão ao **Sistema SIADS**, objetivando, a princípio, a implantação no IBC de um novo Sistema de Gerenciamento e Controle de Patrimônio.

8.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

A Unidade tem consciência de que as boas práticas de uso dos recursos têm por fim garantir o estoque de recursos para o desenvolvimento futuro dos indivíduos que compõe a nação tem consciência também de apresentar atraso na adequação de vários critérios estruturantes da própria sustentabilidade ambiental isso denota o fato de não termos admitido critérios de sustentabilidade suficientes que nos propiciem o desenvolvimento da política de sustentabilidade interna.

O IBC está inscrito na Rede de Sustentabilidade das Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro sem ter, contudo, participação efetiva atualmente. Esteve participando inicialmente nas comissões de USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, QUALIDADE DE VIDA, CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS e RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Quanto a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5940/2006, até o momento não logramos êxito junto às cooperativas de catadores. A localização da nossa Instituição dificulta o trabalho de recolhimento, já que a maioria não tem meio de transporte. Estamos providenciando uma comissão, com representantes de todos os Departamentos, que será responsável pela coordenação do projeto, cuja proposta de trabalho será:

- 1) Realizar um levantamento médio do material reciclável;
- 2) Elaborar o Edital de Habilitação e, após aprovação, publicar em DO e fazer ampla divulgação em sites de cooperativas;
- 3) Avaliar os documentos apresentados e realizar a sessão pública para escolha dos habilitados e promover sorteio, se houver necessidade.

As contratações realizadas pelo IBC observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, no que se refere à origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras que consta como exigência nos editais expedidos por essa Unidade.

Não foi constituída Comissão Gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

Esta unidade encontra-se em processo de atualização de práticas e medidas de acordo com o demandado pelas normativas.

8.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

- Contratação da empresa Sttade Brasil Recycle para descarte de 1200 lâmpadas fluorescentes;
- Aquisição de 5.000 pacotes com 100 unidades de copo descartável, conforme cópia do pregão:

Pregão Eletrônico Nº 00021/2015

RESULTADO POR FORNECEDOR

20.739.464/0001-21 - EMBRAPEC COMERCIO DE PRODUTOS DESCARTAVEIS EIRELI - EPP

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
1	COPO DESCARTÁVEL	UNIDADE	500000	R\$ 0,1000	R\$ 50.000,0000

Marca: EMBRAPEC

Fabricante: HGXEP

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: 01 - COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL AMIDO DE MILHO - 200 ML, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES; Ata: 12 (doze) meses; Procedência: Importada; País: República Popular da China; Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data sua apresentação; Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias; Prazo de Entrega: Remessa única em 10 (dez) dias contados do envio da Nota de Empenho; Local de Entrega: Avenida Pasteur, 350 - Almoarifado - Urca - Rio de Janeiro/RJ; Garantia do Produto: 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação; Declaramos que no valor proposto está incluso todos os custos operacionais, tributos, encargos previdenciários, trabalhistas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do artigo e concordância da nossa empresa quanto as exigências do Edital; Bioplástico amido de milho; Cor: natural milho, opaco liso; Peso: 5g; Medindo: 7,2 cm diâmetro borda x 8,2 cm altura x 4,6 cm diâmetro fundo; biodegradável em 180 (cento e oitenta) dias; atóxico; Valor Unitário R\$ 18,00 (dezoito reais) pacote com 100 unidades;

Total do Fornecedor: R\$ 50.000,0000

Valor Global da Ata: R\$ 50.000,0000

9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 e 9.2 – Tratamento de determinações TCU e Órgão de Controle Interno

O IBC não teve no exercício de 2015 recomendações do TCU e CGU. Quando houver recomendação, a Chefe de Gabinete fará o efetivo acompanhamento das recomendações.

9.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Érario.
Não houve no exercício 2015 processo para apuração por dano ao Érario.

9.5 – Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta

Quadro – Quantitativo de terceirizados irregulares na administração direta, autárquica e fundacional

Órgão/entidade	Vinculação Ministerial	Quantidade de terceirizados irregulares em 31 de dezembro	Quantidade de terceirizados substituídos ou dispensados no exercício
Instituto Benjamin Constant	MEC	Assistente de alunos	0
Instituto Benjamin Constant	MEC	Transcritor	0
Instituto Benjamin Constant	MEC	Revisor	0

Quadro – Providências adotadas para substituição de terceirizados

Órgão/Entidade da administração direta, autárquica ou fundacional	Providências adotadas para substituição por servidores concursados
	Desde 2003 a Direção do Instituto Benjamin Constant solicita ao Ministério da Educação autorização de abertura de concurso público para preenchimento e criação de cargos, ora ocupados por funcionários terceirizados. Durante esses anos, foram autorizados alguns concursos tanto para professores quanto para servidores técnico- administrativos. Entretanto o número de vagas disponibilizadas jamais atendeu

<p style="text-align: center;">Instituto Benjamin Constant</p>	<p>as necessidades que se faziam cada vez maiores. Acrescente-se ainda, que as vagas autorizadas para os servidores técnico-administrativos ficaram bem abaixo daquelas abertas para os docentes, além de não suprirem, de forma alguma as demandas exigidas pela parte administrativa deste Instituto e nem para cobrir a substituição dos terceirizados.</p> <p>Aposentadorias, falecimentos, vacância motivada por servidores que se submeteram a outros concursos públicos, com remuneração mais vantajosa, provocaram o esvaziamento do quadro e, por conseguinte a manutenção da terceirização. Os vários compromissos assumidos por esta Instituição faziam com que fosse pleiteada a formação de um novo quadro de servidores efetivos já que a especificidade do trabalho executado exige pessoal mais qualificado, cuja permanência traz a possibilidade de planejamentos e programas institucionais terem maior consistência, conferindo a Instituição ações mais decisivas. A oscilação do quadro funcional sempre foi motivo de preocupação. Assim, insiste-se na solicitação.</p> <p>Nos cargos onde a terceirização se faz presente, como transcritor e revisor braille, o grande risco é capacitar esse funcionário e vê-lo se demitir por conta de melhores salários ou convocação de concursos, o que traz grande desestabilização para a Instituição já que essa mão de obra não é encontrada no mercado.</p> <p>O Concurso realizado em 2013, através da portaria MPOG 450/2012, autorizou o IBC a realizar Concurso Público para o provimento de 71 cargos, sendo 33 docentes e 38 técnico-administrativos, número que não atende a determinação de substituição da terceirização no órgão.</p> <p>A pedido da SETEC/MEC o IBC encaminhou uma planilha com a demanda dos cargos necessários, visando não só a substituição da terceirização como também a ampliação dos cargos já existentes, a fim de que o plano de expansão institucional pudesse lograr êxito.</p> <p>Em 2014 continuamos atendendo ao Ofício-Circular nº 133/2011/SE/CGU-PR, enviando através do Sistema de Transferência de Informações da CGU, o quadro com todos os dados referentes aos terceirizados.</p>
--------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9.9 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993”

Esta unidade, vinha seguindo a risca tais cronogramas, até o exercício de 2014, porém, data a política adotada pelo próprio governo a partir de 2015, não estamos conseguindo assim, ter um cronograma.

Caso a liberação financeira ocorrer somente uma vez por mês e não ser liberado todo o gasto, ou seja, para poder honramos a todos os compromissos com os credores.

Assim, esta Unidade se viu impossibilitada de poder fazer e ou prever quaisquer cronograma.

9.14 – Ações de Publicidade e Propaganda

Não foram realizadas no exercício de 2015.

10- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As considerações referentes à gestão já foram expressas no Relatório de Gestão. Vale ressaltar, contudo, as dificuldades encontradas com o não-preenchimento de cargos referentes aos concursos públicos do IBC. São cargos de docentes e de técnico-administrativos, alguns de vacâncias de servidores que exoneraram para assumir posição em outro órgão. A falta destes servidores nos deixa, hoje, com dificuldades de ação e grande dúvidas nas possibilidades de crescimento almejadas por esta gestão. O não-preenchimento das vagas foi ratificado pelo Memorando 23/2016/GAB/SAA/SAA, de 18 de janeiro de 2016, endereçado ao Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do MEC, onde se lê: “informamos que o assunto /nomeação de candidatos aprovados em concurso para o IBC/ foi analisado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, por meio do Ofício 16341/2015-MP, SEI 0092756, conclui pela impossibilidade de atendimento, pois tais despesas não foram contempladas pela Lei Orçamentária de 2016.” Este foi encaminhado ao IBC pelo Secretário Executivo do MEC, através do Ofício 30/2016/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC, juntamente com Ofício supra citado. Cabe, por fim, esclarecer que não foram levadas em consideração as vagas de vacância, que deveriam estar, assim, previstas na referida Lei. Para isto, o IBC está solicitando agenda com o Secretário Executivo, para que possa dirimir tais dificuldades e continuar crescendo, exercendo seu papel de inovação e referência no território nacional.